ONU EM SUA TERCEIRA PASSAGEM PELA ASSEMBLEIA-GERAL, BOLSONARO SE SUPERA NAS MENTIRAS, VIRULÊNCIA E FANFARRONICE. O MUNDO ENTENDE A NOSSA DESGRAÇA

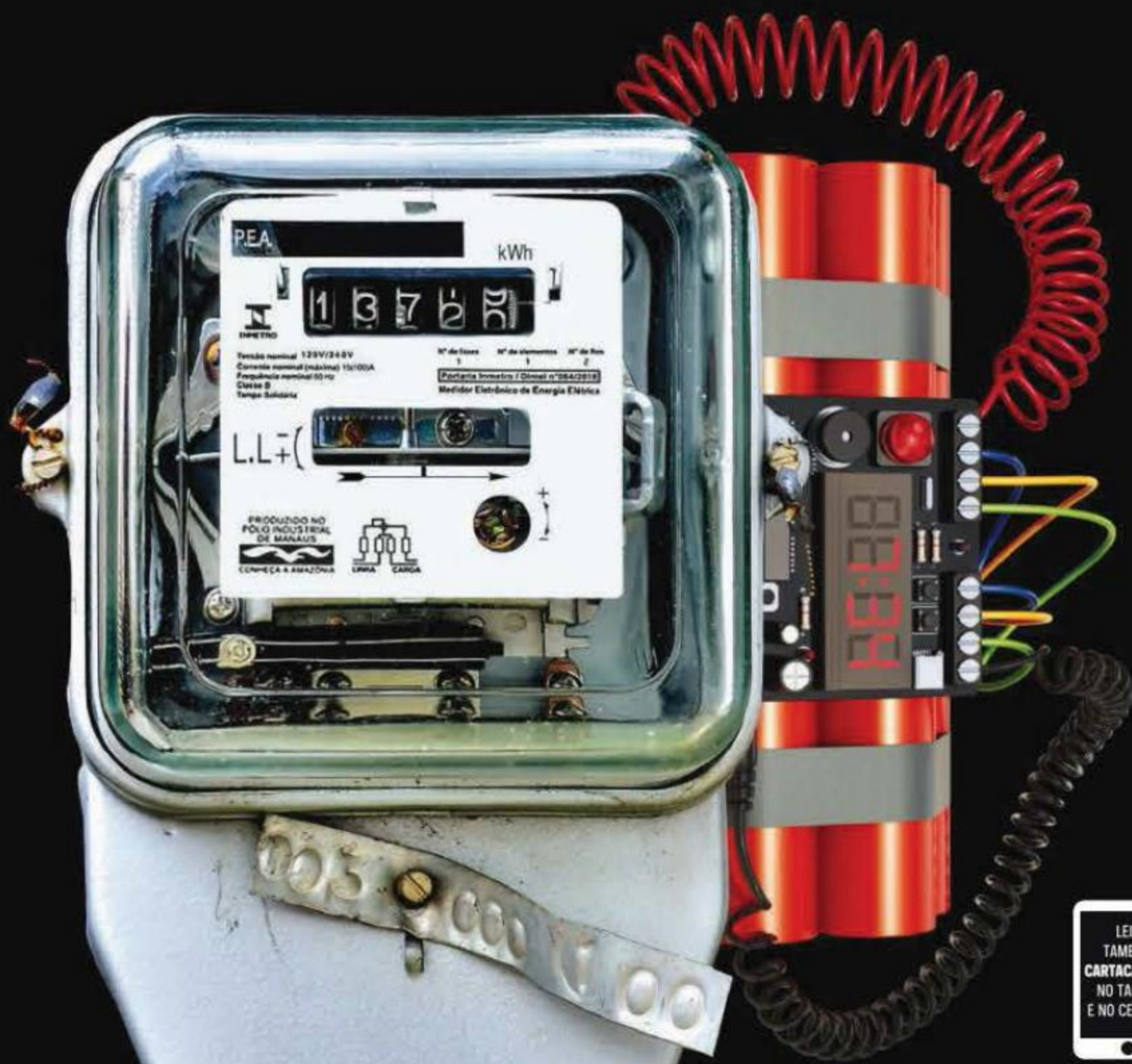
POLÍCIA FEDERAL OS CASOS FREQUENTES DE INTERFERÊNCIA POLÍTICA ENVENENAM A CORPORAÇÃO E VIRAM UM PROBLEMA PARA O DIRETOR PAULO MAIURINO E O GOVERNO

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

BOMBA-RELÓGIO

A CRISE HÍDRICA E UMA TRAPAÇA BOLSONARISTA NA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS TÊM TUDO PARA ENCARECER A NOSSA CONTA

CartaCapital

29 DE SETEMBRO DE 2021 • ANO XXVII • Nº 1176

Em vez de criar o Auxílio Brasil, bastaria zerar a fila das famílias à espera do Bolsa Família. Pág. 30

Capa: Pilar Velloso/ Istockphoto

MARIO TAMA/GETTY IMAGES/AFP E ADRIANA LORETE

CENTRAL DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 9 ÀS 18 HORAS, EXCETO FERIADOS **SP: 11 3512-9486 / RJ: 21 4062-7183 / MG: 31 4062-7183 / DF: 61 3181-0215** FALE CONOSCO: **WWW.ASSINANTECARTACAPITAL.COM.BR**

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Maurício Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Fabíola Vasconcelos, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino
CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AUXILIAR DE CIRCULAÇÃO: Júlia Maciel
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Lindberg Lima
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica – São Paulo – SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Assinaturas, sugestões e reclamações
São Paulo: (11) 3512-9486
Rio de Janeiro: (21) 4062-7183
Belo Horizonte: (31) 4062-7183
Distrito Federal: (61) 3181-0215
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados
Fale Conosco: www.assinantecartacapital.com.br
Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

PELO FIM DA OPRESSÃO, AINDA

Há os que não gostam de Paulo Freire, pois o mestre ensinou a pensar sem amarras.
Vera Lucia de Souza Silva dos Santos

RUÍDO NA LINHA

Eles estão esperando a propina. Se ninguém oferecer, quando eles acordarem o mundo estará implementando o 8G ou superior.
Hélder Silva

AS ACROBACIAS DE EDMAR BACHA

Agora, as forças empresariais e do mercado financeiro bradam a todos os ventos a "decepção" com o atual governo, quando, na verdade, foram os mentores e perpetradores do caos que vivemos.
Adriano Lustro

QUEM ACREDITA NA BOA-FÉ DA CARTA DE BOLSONARO?

Duvido muito que alguém acredite. Mas ele satisfaz os grandes empresários, que ficaram muito mais ricos com o desgoverno.
M Risolene Paiva

GOLPE PARA PROTEGER BANDIDO

O bolsonarismo nunca foi ou será um movimento ideológico. É uma organização criminosa formada por milicianos travestidos de cidadãos de bem.
Joao Carlos de Almeida Machado

UM CRISTÃO OU UM NAZISTA?

Se Bolsonaro e seus seguidores seguem o cristianismo, então não entendi nada sobre o que Cristo ensinou ou fui enganado a vida toda.
Sanjay Efraim

LEÃO DESDENTADO

As peripécias do patriarca da família miliciana me fazem lembrar de Newt Gingrich, descrito no livro *Como as Democracias Morrem*, que a partir de 1978 começou a matar a democracia americana com seus discursos de xingamentos e notícias falsas. Como deu certo, outros políticos republicanos começaram a imitá-lo. Escrevo isso para mostrar que nesse País nada é original, tudo é copiado. Hoje temos uma cópia de Gingrich como presidente do Brasil.
Jose Antonio Severino, Brasília

ERRATA:

Uma chamada interna da reportagem "O rugido dos preços", publicada na edição 1175, saiu com um erro de edição. O texto correto é: "O pensamento rarefeito do Banco Central (e não do IBGE, como foi publicado) *contrasta com a riqueza das análises do Fed".*

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Dramas nacionais

Em relatório, o Fundo Monetário Internacional avalia que o Brasil só terá uma taxa de desemprego abaixo de dois dígitos daqui a cinco anos. Somente a partir de 2026 é que ela reduzirá a um dígito, quando chegará a 9,8%. Além disso, a previsão é de que a inflação desacelere apenas a partir do fim do ano que vem, ficando próxima de 3,5%. Em relatório, o órgão estima que o Produto Interno Brasileiro (PIB) cresça 5,3% neste ano e faz projeções de 1,9% e 2% para 2022 e 2023, respectivamente.

China/ Tigre de papel

O colapso da incorporadora Evergrande assombra o mundo

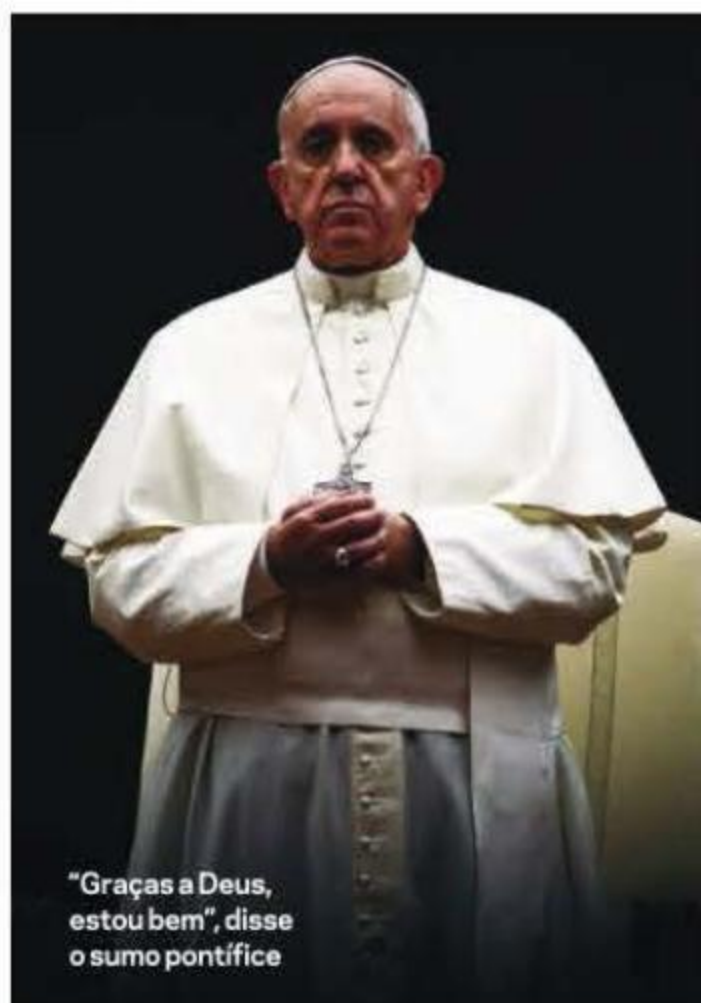
A companhia chinesa possui um passivo de 305 bilhões de dólares

A Evergrande, segunda maior incorporadora da China, gastou 185 milhões de dólares para montar a maior escola de futebol do mundo, mas está sem caixa para honrar 699 milhões de dólares de débitos a vencer neste ano. A expectativa de calote da empresa, com um passivo de 305 bilhões de dólares, desatou o pânico nos mercados mundiais na segunda-feira 20. Alertas de agências internacionais de *rating* de que a Evergrande poderia deixar de pagar 83,5 bilhões de dólares fizeram suas ações despencar 19% e a Bolsa de Hong Kong, a única aberta no feriadão de outono na Ásia, cair 3,3%. Espalhou-se o receio de a Evergrande replicar o Lehmann Brothers, que gerou a crise mundial de 2008. Nova York perdeu 1,79% e a Nasdaq, 2,17%. A B3 caiu 2,33%, puxada principalmente pela queda de 3,8% das ações da Vale, cujo maior cliente é a China. Na terça, o pânico arrefecera. Analistas lembraram que, se o Lehmann era uma instituição financeira internacional de primeiríssima linha, a Evergrande é uma empresa imobiliária local, capaz, porém, de causar grande estrago no mercado imobiliário, que representa 29% da economia chinesa. O alívio foi maior na quarta 22, quando a principal unidade de negócios da incorporadora, a Hengda Real Estate Group, informou ter "resolvido" o pagamento dos 83,5 bilhões de dólares via "negociações privadas". Mais importante: o Banco Central chinês injetou dinheiro no sistema bancário, o que tende a prevenir o contágio de uma eventual inadimplência da Evergrande.

Igreja/ O papa e os corvos

Francisco desabafa: "Alguns me querem morto"

O papa Francisco abandonou a angelical santidade durante uma conversa com jesuítas na recente viagem à Eslováquia. "Ainda estou vivo, embora alguns me quisessem morto", desabafou o pontífice. "Sei que houve até encontro entre prelados, que pensavam que o papa estava em estado mais grave do que divulgavam. Preparavam o enclave. Paciência. Graças a Deus, estou bem."

Na "confissão" aos jesuítas, relatada em detalhes pela revista *La Civiltá Cattolica*, Bergoglio demonstrou irritação com as críticas internas. Os gestos de benevolência e compreensão do papa em relação a homossexuais e divorciados, os alertas a respeito dos efeitos das mudanças climáticas, a determinação em colocar em ordem as finanças do Vaticano e as críticas constantes e contumazes à desigualdade social e ao rentismo irritam as alas conservadoras da Igreja. Um dos expoentes dessa facção, o cardeal norte-americano Raymond Burke, chegou a insinuar que Francisco seria herege. "Eu, pessoalmente, posso merecer ataques e injúrias porque sou um pecador, mas a Igreja não merece isso", reclamou o papa. "Isso é obra do diabo. Tem alguns clérigos que fazem comentários maldosos sobre mim. Às vezes, eu perco a paciência, especialmente quando emitem juízos sem entrar em um verdadeiro diálogo."

Cercado por aves de mau agouro, Francisco sabe que apenas orações não bastam.

"Graças a Deus, estou bem", disse o sumo pontífice

Valentia *fake*

Verdadeira febre no YouTube, os dez principais canais policiais somam mais de 1 bilhão de visualizações. Com operações ao vivo, prisões e vídeos que mostram a rotina militar, eles saltam para canais de entrevista, rádio e televisão. Agora, o canal mais "bombado" da rede está no centro de um escândalo. O delegado Carlos Alberto da Cunha, dono do canal mais famoso da lista, teria inventado a prisão de um criminoso do PCC e simulado operações para ganhar *views* em seu perfil, segundo depoimentos de policiais envolvidos nas tramoias. Além de seguidores, ele pode ter obtido enriquecimento ilícito a partir da monetização do canal. Recentemente, ele foi afastado da polícia por suspeitas de irregularidades nas filmagens das "operações". A investigação corre no Ministério Público de São Paulo e Da Cunha não se pronunciou.

MARCIN MARZUR/CATHOLIC CHURCH ENGLAND, MAÍNA DINIZ/PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS/BA E NOEL CELIS/AFP

Covid-19/ A JUDICIALIZAÇÃO DO BOM SENSO

QUEIROGA NEGA A CIÊNCIA, MAS STF LIBERA A VACINAÇÃO DE ADOLESCENTES

Após o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, atuar como um negacionista e, em um arroubo instigado por Jair Bolsonaro e pelo gabinete do ódio, mandar suspender a vacinação de jovens de 12 a 17 anos, coube ao Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, botar ordem na casa. O ministro Ricardo Lewandowski determinou que cabe aos municípios, estados e ao Distrito Federal decidir sobre a vacinação de adolescentes, desde que levem em conta as prescrições dos laboratórios e orientações da Anvisa.

A decisão ocorreu no âmbito de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental feita pelo PCdoB, Cidadania, PT, PSB e PSOL, questionando a decisão de Queiroga. Há alguns dias, o ministro – que parece ter abandonado o jaleco e se entregado ao bolsonarismo – usou desinformação para promover o anúncio da suspensão da imunização de jovens com base no caso de uma adolescente que morreu após ser imunizada. Após a apuração do caso, comprovou-se que a morte não tinha qualquer ligação com o imunizante.

Lewandowski autorizou ação dos governos estaduais e prefeituras

TRAPAÇA E COMPADRIO

O MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA USOU DADOS FICTÍCIOS PARA APROVAR A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS NO SENADO. E AINDA HÁ UMA AÇÃO ENTRE AMIGOS NESSA NOVELA...

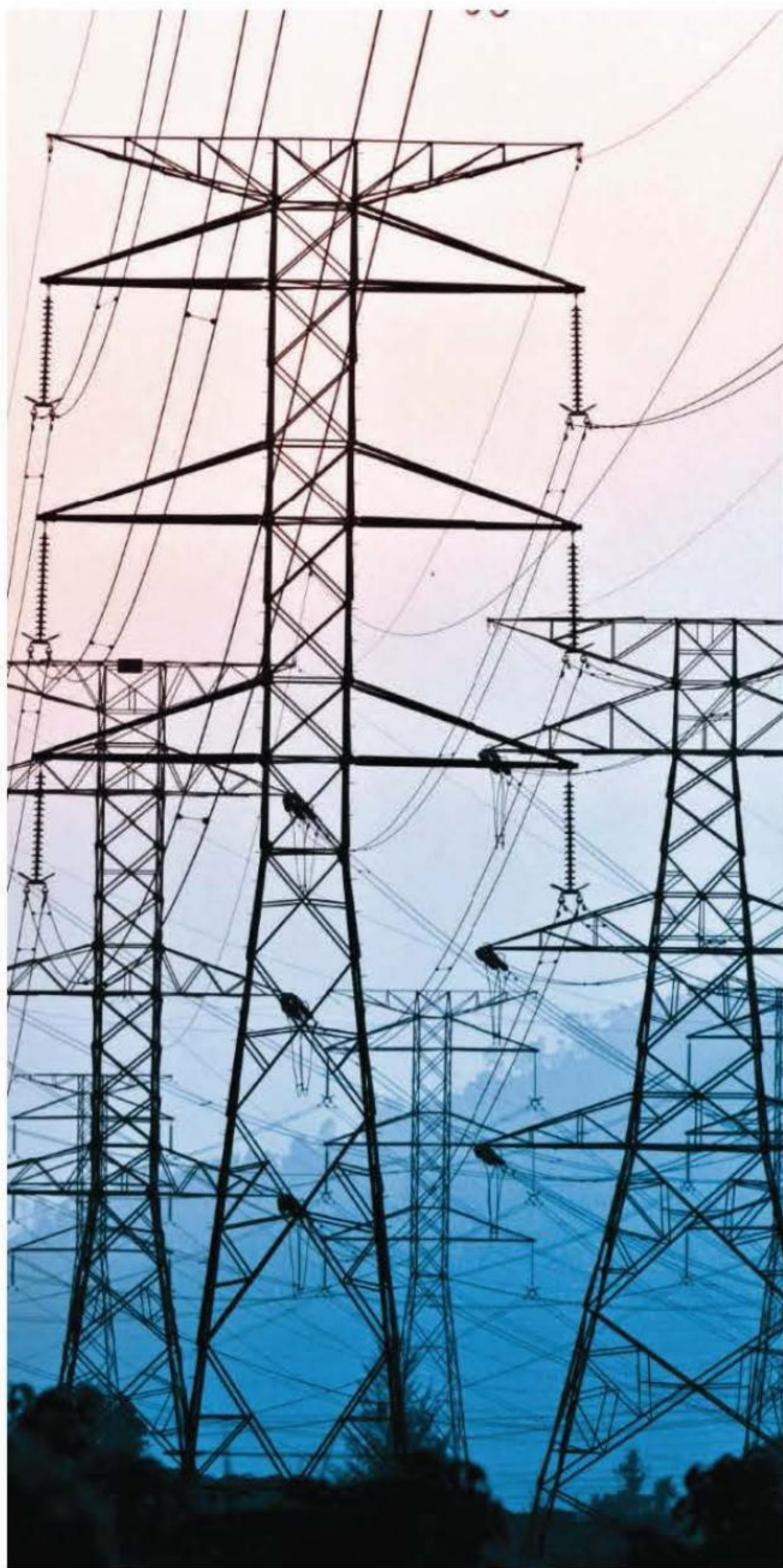
por ANDRÉ BARROCAL

A crise hídrica castiga o bolso do brasileiro. Até agosto, a conta de luz residencial subiu 10% no ano e 21% em 12 meses. E o povão que se prepare, pois a privatização da Eletrobras tem tudo para piorar as coisas, uma herança maldita que o governo Jair Bolsonaro deixará para o sucessor, se é que não será ele próprio. Autorizado pelo Congresso em junho, o governo corre para abrir mão do controle da empresa até o fim do mandato do presidente, no ano que vem. O BNDES estuda a modelagem do processo, o Conselho Nacional de Política Energética define parâmetros setoriais, o governo tira Itaipu e Eletronuclear do âmbito da estatal. Há quatro ações no Supremo Tribunal Federal contra a lei da privatização, mas a perspectiva para os partidos políticos que as propuseram não é nada boa, pois elas estão aos cuidados do juiz Nunes Marques, um indicado do ex-capitão.

Para arrancar a aprovação parlamentar da Medida Provisória 1.031, a da privatização, transformada depois na Lei 14.182, o governo enganou o Senado, pelo que se descobre agora. Utilizou uma variável de faz de conta na promessa de que a tarifa de energia cairá quase 7% para a população, após a Eletrobras ser entregue a particulares. Há mais coisa que não cheira bem. Um processo na Justiça Federal do Rio expõe uma espécie de ação entre amigos no bilionário negócio com a Eletrobras, enredo que tem um grupo financeiro com elos com membros do governo. O que talvez seja o motivo de a lei da privatização ter um dispositivo flagrantemente "fura-teto" de gastos, mas a turma da Faria Lima, para quem teto é vaca sagrada, guarda silêncio de monge tibetano a respeito.

Bento Albuquerque, ministro das Minas e Energia, tem fartas razões para rir

A privatização tem duas etapas. Na primeira delas, a Eletrobras lançará novas ações na Bolsa, e o governo não poderá comprá-las. Com isso, o naco federal na companhia, hoje de 58% entre o que o governo tem diretamente (42%) e via BNDES (16%), ficará diluído. O maior acionista passará a ser privado, o qual terá poderes sobre 30% da geração de energia do País e sobre 50% das linhas de transmissão, números que fazem da empresa a maior do ramo na América Latina. A segunda etapa é assinar novos contratos entre a Eletrobras e a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel. A estatal possui 230 usinas, das quais 22 operam no regime de "cotização". Neste, o preço da energia gerada por elas é controlado de forma rígida pela Aneel. Gira em torno de 75 reais por megawatt-hora, atualmente.

TENGKU BAHAR/AFP E MME

Nas demonstrações contábeis de 2020 da Eletrobras, estava em 60 reais.

No mercado *spot*, uma espécie de Bolsa em que o preço da energia é definido livremente entre vendedores e compradores, o valor é bem maior. Agora em setembro, está em 580 reais o megawatt-hora, cinco vezes mais que no mesmo mês de 2020, encarecimento resultante da crise hídrica, que reduziu a produção das hidrelétricas, a mais barata das energias. Em 31 de agosto, o Conselho de Política Energética fez uma reunião extraordinária para definir parâmetros da privatização da Eletrobras. Um deles era o preço médio da energia elétrica que vai ser gerada no País nos próximos anos. A cifra na mesa era de 233 reais por MWh, entre 2022 e 2025. Declinaria aos poucos até 2028, quando chegaria a 155 reais. Os dois preços foram calculados pelo Ministério de Minas e Energia. O chefe da pasta, Bento Albuquerque, dono de contracheque de 64 mil reais, graças ao salário civil e ao de almirante da reserva, é quem comanda o conselho.

O ministério dizia outra coisa, quando o Senado aprovava a privatização, em junho, pelo placar apertado de 42 a 37 votos. Em um documento que correu gabinetes, citava 155 reais desde já. Foi com base nesse valor, entre outras variáveis, que o governo garantia, no mesmo documento, que a conta de luz residencial não só não subiria após a privatização, como diminuiria 6,34%. (Para empresas e indústrias, projetava-se variação zero.) A suposta fatura mais barata para a população constava de uma cartilha que o governo lançara em fevereiro com o objetivo de quebrar resistências do Congresso contra a MP 1.031. A papelada não descrevia as variáveis por trás do barateamento, do mesmo modo que a Receita Federal se nega a divulgar estudos sobre a reforma do Imposto de Renda, aprovada pelos deputados e agora debatida no Senado.

A pasta de Minas e Energia só enviou alguns números ao Senado, após o

chefe de sua assessoria econômica, Hailton Madureira de Almeida, ter sido cobrado durante uma audiência pública virtual com senadores em 2 de junho, 15 dias antes da votação da privatização. A audiência havia sido proposta e comandada por Jean Paul Prates, do PT potiguar, líder da minoria. Na quarta-feira 22, o senador recebeu uma carta da Associação dos Empregados da Eletrobras a afirmar que a "mudança drástica de números" (de 155 para 233 reais, variação de 50%) causa "perplexidade" e foi uma "tentativa de ludibriar o Senado". E o petista concorda: "Este é um governo contumaz em cenários fictícios, que cria cenário otimista para vender no Congresso. Aconteceu na reforma da Previdência". *CartaCapital* revelou a trapaça previdenciária em setembro de 2019.

Por meio da assessoria de imprensa, o Ministério de Minas e Energia diz que o preço de 155 reais é uma média apurada em 2020 e que o de 255 reais é uma atualização em 2021. E admite: "O real impacto ao consumidor será conhecido ao longo dos anos, na medida em que a energia for demandada pelas distribuidoras e contratada, e avaliando os aportes da Eletrobras na CDE". A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um encargo pago pelas distribuidoras de energia, para subsidiar a conta de luz da população de baixa renda, por exemplo. Surgiu após o racionamento de 2001, obra da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso.

Para Prates, foi no mínimo um erro o governo ter usado o preço de 2020 para assegurar que a conta de luz cairá com a privatização. A demanda por energia no ano passado foi menor, em razão da pandemia, logo, o preço não foi pressionado. O petista pretende levar o "cenário fictício" para ser discutido na comissão que o Senado recém-criou para acompanhar a crise hídrica. Planeja ainda acionar o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso na vigilância do governo.

Mauricio Tolmasquim: "É impossível não haver aumento da tarifa"

Jean Paul Prates: "Esse é um governo contumaz em cenários fictícios"

MARCOS OLIVEIRA/AG.SENADO E RODRIGO CANCELA/CPFL CULTURA

O TCU terá de dar sinal verde à privatização, processo nas mãos do ministro Aroldo Cedraz. Em 22 de junho, um dia após a aprovação definitiva da privatização pelos congressistas, a presidente da Corte, Ana Arraes, recebeu da associação de funcionários da Eletrobras denúncias de inconstitucionalidades na lei. Um dos dirigentes da entidade, Emanuel Mendes Torres, lembra que, no governo Michel Temer, a Aneel estimava em 14% a paulada na conta de luz com a privatização. Com Bolsonaro, a agência calou-se. "Vai subir 18%, mostramos isso aos parlamentares", diz Torres. E ressalta: é uma "bomba-relógio" programada para estourar em 2023, no colo do sucessor de Bolsonaro – se é que não será ele próprio –, em razão do calendário privatizador.

Ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética, um órgão público, o engenheiro Mauricio Tolmasquim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, crê ser impossível não haver aumento de tarifa, com um valor médio de 233 reais na geração da eletricidade. "Se for esse o preço e a hidrologia continuar ruim, o impacto na tarifa será maior do que foi calculado pelo governo", diz. Segundo ele, a lei da privatização contém vários outros dispositivos que empurrarão a conta de luz. São "jabutis" paridos no Congresso, a fim de atender a interesses políticos e empresariais. Em suma, os "jabutis" estimulam a proliferação de usinas que têm custo de produção maior que hidrelétricas (térmicas, pequenas centrais etc.) e lhes asseguram reserva de mercado. Um desses "jabutis" entrou no texto de forma "oral" durante a votação no Senado. O orador? Ciro Nogueira, chefe da Casa Civil de Bolsonaro.

O PEPINO TARIFÁRIO: A "DESCOTIZAÇÃO" DE HIDRELÉTRICAS, DIZ CLARICE CAMPELO DE FERRAZ, DIRETORA DO ILUMINA

O maior pepino tarifário é, porém, a "descotização" de hidrelétricas, segundo a economista Clarice Campelo de Ferraz, diretora do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético, o Ilumina. A cotização surgiu no governo Dilma Rousseff, quando a petista decidiu baixar na marra a conta de luz. Na época, houve renovação antecipada de contratos de usinas da Eletrobras com a Aneel. São geradoras antigas, cujo investimento para construí-las está amortizado. Segundo estimativas da Associação de Empregados da Eletrobras, essas usinas

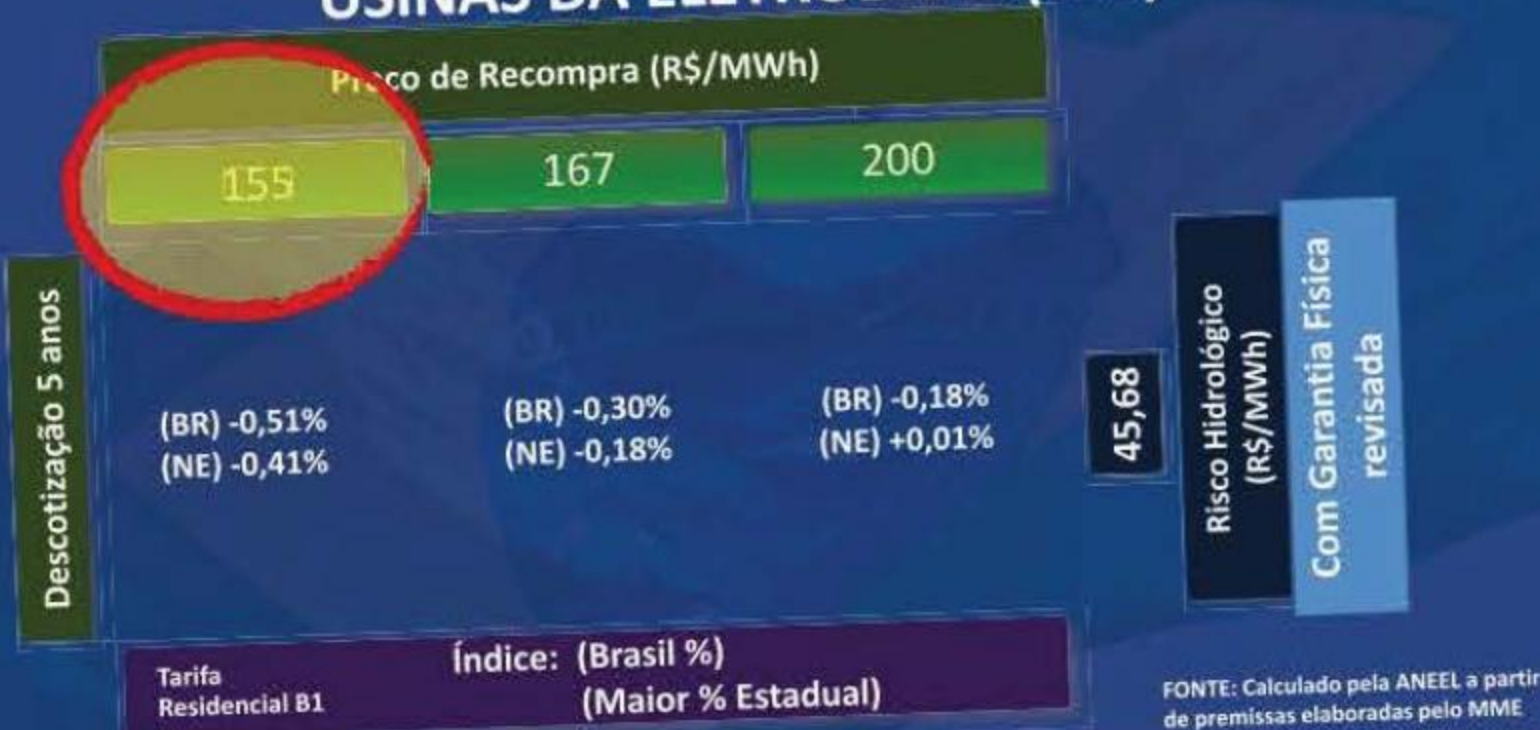
IMPACTO TARIFÁRIO DEVIDO À DESCOTIZAÇÃO DAS USINAS DA ELETROBRAS (ELB)

Descotização 5 anos	Preço de Recompra (R$/MWh)		
	155	167	200
	(BR) -0,51% (NE) -0,41%	(BR) -0,30% (NE) -0,18%	(BR) -0,18% (NE) +0,01%

Risco Hidrológico (R$/MWh): 45,68

Com Garantia Física revisada

Tarifa Residencial B1 — Índice: (Brasil %) (Maior % Estadual)

FONTE: Calculado pela ANEEL a partir de premissas elaboradas pelo MME

Em documento enviado em junho ao Senado, o Ministério de Minas e Energia informou que o preço da energia depois da privatização da Eletrobras seria de 155 reais por megawatt-hora

IMPACTOS TARIFÁRIOS ACUMULADOS ESTIMADOS - ACR

Efeitos	Cenário base	Cenário arrojado	Cenário conservador
UTEs	-1,1%	-1,8%	-0,1%
PCHs	0,2%	0,085%	0,32%
Descotização	-0,30%	-0,51%	-0,18%
PROINFA	-0,94%	-0,94%	-0,94%
Itaipu – Dívida	-3,6%	-3,6%	-3,6%
Itaipu – CDE	-0,6%	-0,6%	-0,6%
Total	-6,34%	-7,365%	-5,10%

Era uma das premissas para o governo garantir, no mesmo documento, que a conta de luz residencial poderia até cair

Parâmetros

Período	Preços da Energia	*Hedge* (1 – GSF)
2022 a 2025	233 R$/MWh	19,5%
2026	207 R$/MWh	14,7%
2027	181 R$/MWh	10,0%
2028 em diante	155 R$/MWh	5,2%

✓ Perdas elétricas – 3,5%
✓ Indenização – UHE Tucuruí: R$ 5.103.744.550,00

Em agosto, o Conselho Nacional de Política Energética aprovou alguns parâmetros pós-privatização. E aí o preço básico da energia no próximo governo é 50% maior, 233 reais/MWh

abastecem cerca de 60% dos lares brasileiros. Elas deixarão de vender a 75 reais o megawatt-hora e poderão cobrar o valor do mercado *spot*, aquele que o governo projeta em 233 reais de 2022 a 2025.

O órgão regulador federal já elabora a minuta dos novos contratos, em que permite a atuação no mercado livre por parte das futuras usinas descotizadas. Essa minuta está em consulta pública. "Ou seja, você deixa de ter tarifas estabelecidas pela Aneel, em que a Aneel observa item por item e define qual seria a tarifa justa (...), para uma situação em que essas usinas passam a ter liberdade de vender essa energia ao preço de mercado." Palavras de Thiago Magalhães, chefe de gabinete-adjunto do diretor-geral da agência, durante a audiência pública do Senado em 2 de junho. "Vai ter pico de preço, uma explosão tarifária", afirma Clarice Campelo. Por quê?

O pano de fundo da privatização é a crise hídrica. Como se viu, o atual preço de mercado da energia está em 580 reais o megawatt-hora. Em agosto, ao anunciar a criação da bandeira "escassez hídrica", a Aneel informou: na bandeira verde (situação de sobra de água nos reservatórios das hidrelétricas), o preço médio é de 169 reais; na amarela, de 257 reais; na vermelha 1, de 371 reais; e na vermelha 2, de 2.443 reais. De uma bandeira a outra, o que muda é a sobra de água e a quantidade de termelétricas em operação. Estas são usinas cuja matéria-prima (gás, carvão) custa mais que água. Com a privatização, as hidrelétricas descotizadas poderão cobrar quase o mesmo que uma térmica. "Não se faz isso *(liberar a venda de energia)* em momento de escassez. Estamos vivendo a maior seca da história, não há como fugir de uma explosão tarifária", diz Clarice.

Pode acontecer aqui o mesmo que na Espanha e no Texas, pois não se sabe quando a crise hídrica terminará. O país europeu bate recordes seguidos no

Ação entre amigos à sombra do Genial: Paulo Guedes, Pedros Guimarães presidente da Caixa Econômica Federal e Gustavo Montezano, presidente do BNDES

valor da energia negociada no mercado livre, antes da venda à população, alta que beira os 200% ante 2020. É uma decorrência da combinação entre o frio inclemente, que leva as pessoas a usarem mais energia para se aquecer, e a disparada na cotação do gás nos mercados globais. As térmicas espanholas vendem caro, e as hidrelétricas vão no embalo.

No Texas, um dos 50 estados ianques, a energia foi privatizada no início do século. Em fevereiro deste ano, houve por lá uma forte nevasca, a ponto de o presidente Joe Biden ter decretado estado de calamidade. Os geradores de energia ficaram congelados, houve apagão. Para escapar do frio, a população consumiu mais energia. Resultado: contas de luz de até, pasmem, 90 mil reais. Detalhe: Donald Trump, o antecessor de Biden, queria privatizar todo o setor elétrico dos Estados Unidos, mas não conseguiu, em razão de resistências nascidas do medo de uma disparada nas contas de luz.

A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS DEIXA ENTENDER PORQUE O MERCADO FAZ VISTA GROSSA PARA A MALANDRAGEM GOVERNISTA

Se a população terá motivos para chorar com a privatização da Eletrobras, há quem deverá rir à toa: os futuros donos e os acionistas da empresa. E aqui temos um capítulo com cara de ação entre amigos. Um capítulo que chegou à Justiça e tem como personagens o grupo financeiro Genial (ex-Brasil Plural), fundado pelo atual presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, e o BNDES, comandado por um pupilo, Gustavo Montezano, do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O Grupo Genial possui uma corretora de valores, a Genial Gestão Patrimonial, que controla um fundo, o GF Gestão de Recursos, detentor de 5% das ações preferenciais (sem direito a voto) da Eletrobras. Em maio, outra firma do grupo, o Banco Genial, foi contratada por 5,7 milhões de reais pelo BNDES, em um consórcio do qual fazem parte também uma auditoria (BDO), uma empesa de energia e engenharia (Thymos) e uma banca advocatícia (Lefosse), para serviços de *duo dilligence* na Eletrobras. Esse serviço é um pente-fino jurídico, contábil e econômico-financeiro na empresa energética que o BNDES usará para decidir como será o lançamento de novas ações da estatal, ou seja, como o governo deixará de ser o sócio majoritário. Em julho, após a contratação

A. MADFAR, SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP, EVARISTO SÁ/AFP E MATEUS BONOMI/AGIF/AFP

do Banco Genial pelo BNDES, outro braço do Grupo Genial, o da área de investimentos, recomendou a clientes que comprassem ações da Eletrobras.

Para o Coletivo Nacional dos Eletricitários, que representa todos os sindicatos da categoria, essa situação configura conflito de interesses e dá margem ao uso de informações privilegiadas por parte do Grupo Genial. Afinal, este está nas três pontas de um mesmo negócio: controla um fundo que é acionista da Eletrobras, depois ganhou acesso a dados estratégicos da empresa e, por fim, sugeriu a clientes que investissem nela. O coletivo entrou, em 19 de agosto, na Justiça para tentar anular a contratação do Banco Genial pelo BNDES. Na ação, cita "ato lesivo ao patrimônio público" e ao mercado de capitais. O processo corre na 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com o juiz Mauro Souza Marques da Costa Braga. Em 17 de setembro, o magistrado deu 15 dias para o BNDES e o Banco Genial se manifestarem, antes de decidir se dará a liminar pedida na ação.

Os funcionários da Eletrobras também denunciaram o caso ao TCU e à Comissão de Valores Mobiliários, "xerife" do mercado financeiro. A Eletrobras não quis comentar o assunto, por ser, segundo diz, da competência do BNDES. Daí os esclarecimentos foram examinados como "questões que pudessem ensejar eventual conflito", não foi "observado nenhum óbice em relação aos contratados" e o tema é acompanhado pelo TCU. Ao se debruçar sobre situação similar, a contratação pelo BNDES de consultores para a privatização do Serpro (órgão federal de processamento de dados), a Corte de contas viu nos procedimentos internos do banco (não há licitação, mas convite a interessados) algo que merecia atenção.

Questionado, o Banco Genial não comentou o assunto. Segundo *CartaCapital* apurou, a empresa acredita não haver conflito de interesses, pois, embora pertença a um mesmo grupo, a *holding* Genial, é uma divisão apartada da área de investimentos (aquela da recomendação da compra de ações) e da gestora de recursos (aquela que controla um fundo detentor de 5% da Eletrobras). Pode ser. É fato, contudo, que a *holding*, o banco e a gestora de recursos têm ao menos uma pessoa em comum no quadro de sócios, o economista Rodolfo Riechert, o principal executivo do grupo. Riechert passou pelo antigo banco BTG Pactual, aquele fundado por Paulo Guedes, e foi sócio de Pedro Guimarães, da Caixa, até este entrar no governo.

Conflitos potenciais à parte, o fato de muitos endinheirados lucrarem com a privatização da Eletrobras ajuda a entender por que o "mercado" faz vista grossa para uma malandragem do governo. Pela lei da privatização, em dez anos serão investidos 8,5 bilhões com dinheiro da Eletrobras na Amazônia, nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, ambos no Nordeste, e em Minas. A grana será dada pela empresa ano a ano e ficará em fundos controlados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. "Sem dúvida, trata-se de um instrumento para contornar o teto de gasto. É uma despesa de natureza pública, que aparecerá como gasto privado para não computar no teto", diz o economista Bruno Moretti, especialista em orçamento público.

Não sejamos estraga-prazeres. Deixemos os de sempre se esbaldarem mais uma vez. •

O GALOPE DA CONTA DE LUZ COM BOLSONARO

21%
a alta da energia elétrica residencial em 12 meses até agosto, mais que o dobro da inflação geral (9,6%)

10,6%
quanto a energia encareceu apenas de janeiro a agosto de 2021, o dobro da inflação média (5,6%)

52%
o aumento no valor da bandeira tarifária "vermelha 2", para 9,4 reais a cada 100 KWh, em julho

14,2 reais
valor da bandeira tarifária "escassez hídrica" criada pelo governo em agosto, também para cada 100 KWh

INTERESSES EM EBULIÇÃO

A SALVO DO PLANEJAMENTO ESTATAL, TERMELÉTRICAS DISPUTAM ESPAÇO E TURVAM O FUTURO DA ENERGIA ELÉTRICA

por CARLOS DRUMMOND

Consideradas as vilãs dos aumentos sem-fim na conta de luz, as usinas termelétricas avançam em ritmo frenético para compor ao menos 30% da matriz energética, acirram os interesses no Congresso e escancaram as falhas do governo, vistas por alguns especialistas como manobras para proporcionar ganhos descomunais ao setor. A reclamação de falta de gás para seis termelétricas foi a primeira ouvida pelo presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, convocado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, na terça-feira 14. O porta-voz da situação dessas usinas foi o deputado Edio Lopes, do PL de Roraima, que preside a Comissão de Minas e Energia e havia convocado Luna para falar nesse âmbito, mas Lira resolveu ampliar a audiência para uma sessão especial da Câmara.

O deputado Elmar Nascimento, do DEM da Bahia, relator da Medida Provisória da privatização da Eletrobras e autor da emenda que obriga o governo a antecipar a compra de energia das termelétricas, com desembolso estimado em 20 bilhões de reais, fez o discurso mais longo. Criticou a política de preços da Petrobras, disse ser inadmissível os importadores trazerem gás do Catar a 3,50 dólares, enquanto a Petrobras obtém gás do pré-sal a 1,50 e vende a 10 dólares, e pediu investigação dessa situação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e por meio do Ministério Público. Nascimento deu a entender que a Petrobras está forçando uma falta de gás para elevar ainda mais o preço. Lira repetiu mais tarde para investidores a fala do relator da MP da privatização da Eletrobras.

O BRASIL TEM A SEGUNDA TARIFA MAIS ALTA E DEVE FECHAR O ANO COMO CAMPEÃO MUNDIAL DA ENERGIA CARA

"Denunciamos a substituição da energia hidrelétrica pela termelétrica faz tempo. É um projeto para beneficiar determinados setores, isso é evidente", dispara o deputado federal Carlos Zarattini, do PT. Existe uma disputa, diz, e vários grupos de interesse. Os grandes consumidores, que incluem as siderúrgicas e comandaram indiretamente o Ministério de Minas e Energia no governo Temer, são contrários às termelétricas, porque elas vão encarecer a energia. Pretendem ter a sua própria geração, querem comandar esse processo. Outro *lobby* quer que se construam gasodutos em direção ao interior do Brasil, para levar o gás do pré-sal. Como o governo não vai mais construir essa rede, a estratégia desse grupo é instalar termelétricas no interior movidas a gás, que justificariam um gasoduto, e depois

Presentes no pré-sal, os sócios da GNA querem ganhar com o suprimento da eletricidade. Grandes consumidores, a exemplo das siderúrgicas, não querem a energia cara das termelétricas

se criaria um mercado consumidor industrial e residencial. Esse plano foi incorporado ao projeto de privatização da Eletrobras, em um artigo que condiciona a privatização à construção dessas termelétricas chamadas locacionais, por estarem situadas junto ao mercado consumidor, ou seja, a energia gerada não precisará de linhas de transmissão. "Esse é o *lobby* que venceu a parada na privatização da Eletrobras, contra o governo, que apoiou a lei do gás, que prevê a importação de gás", sublinha Zarattini.

"Por incrível que pareça, o Brasil está gerando energia com gás natural na maior parte importado da Bolívia e dos EUA, apesar de termos reservas no Brasil", assinala Ikaro Chaves, diretor da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras, a Aesel. Segundo informou o deputado Bohn Gass, do PT, na audiência com Luna, há mais de 300 importadoras de derivados de petróleo registradas no País, a maioria cadastrada a partir de 2016 e ligada a petrolíferas estrangeiras.

A contratação recorde de usinas termelétricas aumentou a conta de luz em 50%

As termelétricas incluídas na privatização da Eletrobras visam o fornecimento local de eletricidade

em abril, 52% em junho e 58% em setembro. Desde o ano passado, os lucros das termelétricas dispararam. No crescimento da receita líquida da Engie do Brasil para 12,2 bilhões de reais em 2020, 25% acima do apurado em 2019, e do seu lucro líquido para 2,7 bilhões, 21% superior ao de 2019, destaca-se a elevação do faturamento da Usina Termelétrica Pampa Sul, segundo dados da empresa. Maior produtora privada de energia elétrica do Brasil, a francesa Engie é a nova proprietária do gasoduto TAG, que antes integrava o complexo da Petrobras. "No balanço energético nacional de 2019, que contém dados até 2018, a participação da fonte termelétrica passou de 16% para 27% entre 2009 e 2018. Hoje pode ser que existam 30%, em capacidade de geração", chama atenção Chaves.

Os interesses privados na privatização da Eletrobras e da Petrobras estão entrelaçados, mostra o exemplo da termelétrica GNA, *joint venture* formada pela BP, Siemens, SPIC Brasil e Prumo Logística, controlada pelo EIG Global Energy Partners, inaugurada em Porto do Açu, no Rio de Janeiro, na quinta-feira 16. A British Petroleum e a chinesa SPIC estão no pré-sal também.

O projeto do mercado, diz Chaves, é ter a Petrobras privatizada para transformar o gás natural do pré-sal em energia elétrica e vender no chamado mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores. "Com o processo da descotização da Eletrobras, que consiste em retirar 7.451 MW de garantia física de usinas cotizadas que vendem energia no mercado regulado, em média a 61 reais o MWh, e passar isso para o mercado livre, que hoje paga 3 mil reais por MWh, o novo dono da estatal ganhará muito dinheiro. O principal beneficiado é o setor financeiro, que quer comprar a Eletrobras e é o dono das comercializadoras."

A atual crise energética, diz, revela muitos indícios de que uma operação visando a maximização das taxas de lucro desse setor tenha sido uma das causas desse colapso. O Plano Decenal de Expansão de Energia da Empresa de Pesquisa Energética para 2020-2030 prevê a expansão da geração termelétrica no País baseada principalmente no gás natural. Além disso, as termelétricas aprovadas na lei de privatização da Eletrobras são inflexíveis. "Operarão na base, o que é bom para elas, pois vão faturar mais, mas é péssimo para o consumidor e para o sistema elétrico como um todo, que ficará ainda mais inflexível e caro", destaca Chaves.

Outro sinal preocupante é a atitude do governo diante da crise, concordam vários especialistas. Não se aproveitou a redução do consumo em abril, maio e junho de 2020 para poupar água dos reservatórios, que chegaram ao período úmido muito defasados e se sabia que as chuvas viriam abaixo da média. Nesse cenário, esperava-se que as autoridades do setor tomassem imediatamente todas as medidas necessárias para evitar o desabastecimento no segundo semestre de 2020. Mas o despacho das hidrelétricas continuou em níveis elevados, apesar de todos esses sinais negativos. Somente em maio deste ano, quando a crise estava caracterizada, o ONS reduziu o despacho das hidrelétricas e aumentou consideravelmente a geração das termelétricas, inclusive das mais caras.

O despacho de energia, dizem técnicos do setor, segue uma ordem de mérito, segundo a qual são despachadas primeiro as usinas mais baratas e depois as mais caras, visando minimizar o custo para o consumidor. O ONS deve, porém, zelar pela segurança do sistema, mantendo reduzido o risco de escassez, mesmo que para isso seja necessário despachar energia mais cara, a exemplo da produzida por termelétricas, para poupar os reservatórios.

"Se o ONS tivesse despachado as termelétricas mais baratas no período úmido de 2020-2021, poupando água dos reservatórios, haveria algum aumento nas tarifas para o consumidor, mas, provavelmente, não estaríamos na situação em que nos encontramos agora, com o risco de desabastecimento tão alto que obriga o operador a despachar mesmo as terme-

létricas mais caras. O Brasil possui a segunda tarifa de energia mais cara do mundo e deve fechar este ano como campeão mundial da energia cara", dispara Chaves.

Vicente Andreu, ex-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) de 2010 a 2018, foi o primeiro a alertar quanto à existência de uma operação de esvaziamento das hidrelétricas para aumentar o preço da energia e as termelétricas ganharem mais dinheiro.

"É uma crise de energia, não hídrica. A Agência Nacional de Águas demorou, mas na reunião do dia 13 reconheceu que esta não é a maior crise hídrica que o País enfrenta em 91 anos, isso é uma falsificação estatística", dispara Andreu. O registro da reunião da ANA diz o seguinte: "Do ponto de vista hidrológico, o momento atual não é o pior da história na maioria das bacias do País". O Brasil pode até vir a ter sua maior crise hídrica, diz Andreu, mas neste momento não é. "Se em setembro não é a maior crise hídrica, como admite a ANA, imagine em maio, que foi quando o governo apresentou o problema desse modo."

Na verdade, diz Andreu, trata-se da maior crise de energia na Bacia do Paraná. "Só que, para dar uma dimensão de que eles foram pegos de surpresa, que foi uma fatalidade, um evento não esperado, portanto o governo Bolsonaro não tem culpa nenhuma, eles estão tentando, e já conseguiram – é incrível como a imprensa reproduz isso! – emplacar a versão de que é a maior crise hídrica em 91 anos. Isso aí é uma falsificação estatística."

Seria a maior apenas no agregado, quando somadas todas as outras bacias do Brasil. "Chamo de falsificação estatística pelo seguinte: nós tivemos, entre março e abril, a maior cheia em 101 anos da Bacia do Rio Amazonas. Como a Bacia do Amazonas representa 70% da água do Brasil, eu poderia dizer que, no agregado, o Brasil teve a maior cheia em 2021. Eles usam, portanto, uma crise hídrica na Bacia do Paraná, que tem 14% da água do País, mas gera 70% da energia, para dizer que aquilo é, de fato, a maior crise de energia na Bacia do Paraná, que seria a maior crise hídrica nacional em 91 anos. É falsificação ou *fake news*, porque tomam uma base de dados real, mas produzem uma conclusão irreal."

A LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO CONDUZ A UM SISTEMA ELÉTRICO CADA VEZ MAIS CARO E MENOS SEGURO

O prêmio pela falsificação é bilionário. "Numa conta de padeiro, comparado com 2015, que teve uma crise muito grande, talvez maior que esta, e aplicados os reajustes cumulativos em cima da bandeira tarifária, eu estimo que os operadores vão arrecadar nesta crise 33 bilhões de reais a mais. É o que vão retirar da sociedade, trata-se de uma extração de renda para aumentar o ganho dos agentes do setor elétrico", dispara Andreu, que defende uma CPI do setor para investigar o destino do dinheiro. Zarattini quer também a CPI, em especial para investigar a ação do governo nesta crise. •

RUBENS FRAULINI/ITAIPU BINACIONAL E VANDERLEI ALMEIDA/AFP

Um demente em Nova YorK

GOVERNO? Bolsonaro transfere para a *Big Apple* o manicômio Brasil

POR MINO CARTA E RODRIGO MARTINS

Bem-aventurados os cidadãos brasileiros que, no Brasil e mundo afora, sabem da doença incurável a acometer desde sempre Jair Bolsonaro. Mas o ex-capitão não se emenda, pelo contrário, resiste impávido em manifestações precipitadas pela enfermidade, provavelmente de nascença. No momento em Nova York, o nosso presidente da República topa com Boris Johnson, o *premier* do Reino Unido, o qual, com ironia britânica, sugere: "A AstraZeneca é vacina muito eficaz". Em seguida, encara o ex-capitão e, candidamente, pergunta se ele já se vacinou. "Ainda não", responde Bolsonaro. De todo modo, o prefeito de Nova York cuidara em vão de avisá-lo: "Se não estiver vacinado, não venha nos visitar".

Bolsonaro está, porém, em Nova York para pronunciar o discurso de abertura da sessão que, desde quando era nosso chanceler Oswaldo Aranha, em 1948, coube ao Brasil. O ex-capitão foi e já aprontou das suas. Na ONU, bem mais cordata do que em outros tempos, ele teve acesso, mas deparou-se com portas fechadas em outros locais da cidade. Não faltam ali restaurantes de qualidade. Ele prefere, porém, pizza ou carne na brasa. É de gostos elementares e com isso corre o risco de não ser aceito pela falta de vacina. Então vimos Bolsonaro comendo na rua, secundado por sua comitiva. Fosse ele um viajante escolado, talvez tivesse procurado uma mesa no Oyster Bar, na Grand Central, a maior estação ferroviária de Nova York, oásis de sabores exaltantes para quaisquer paladares.

Nada capaz de dizer respeito ao nosso tosco, primitivo personagem, desprovido naturalmente de qualquer requinte. E não seria este o maior de seus pecados. Não espantam nele as escolhas gastronômicas, e sim a certeza granítica de estar sempre do lado certo, efeito da enfermidade a tomá-lo em quaisquer circunstâncias. E não surpreende o cuidado de escolher os companheiros de viagem, todos aparentemente saídos de uma venda do arrabalde empoeirado. Cabe na descrição o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga: em revide a uma manifestação hostil ao punhado de passageiros de uma van, classificáveis na categoria dos bem-aventurados, ergueu o dedo médio de ambas as mãos por sobre a cabeça dos presentes, até então a trafegar calmamente pela Big Apple. Sorte dos manifestantes que os vidros do automóvel estavam fechados. Pouco depois se descobriu que o ministro era o segundo integrante da comitiva a ser diagnosticado com Covid.

O ex-capitão violou o pacto de líderes mundiais de se vacinarem antes da Assembleia Geral da ONU

Ponto alto da visita foi, obviamente, o discurso de Bolsonaro nas Nações Unidas, infestado de mentiras e delírios. "Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões", anunciou, pouco antes de emendar com a primeira falsidade: "Estamos há dois anos e oito meses sem qualquer caso concreto de corrupção". O ex-capitão parece ter se esquecido que, em maio deste ano, a Polícia Federal bateu à porta do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, investigado por facilitar o contrabando de madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Da mesma forma, ignora o fato de que o Senado, o Ministério Público Federal e a PF investigam suspeitas de corrupção no contrato do Ministério da Saúde para comprar a Covaxin, com intermediação da Precisa Medicamentos. O País pagaria 15 dólares por dose, o maior valor entre todas as vacinas. O contrato só foi suspenso após as denúncias na CPI da Pandemia. Sem falar do escândalo das rachadinhas, a atingir ele próprio (quando era deputado federal) e o filho Flávio Bolsonaro.

Logo depois, o nariz do ex-capitão cresceu mais um pouco. "No último 7 de setembro, data de nossa Independência, milhões de brasileiros, de forma pacífica e patriótica, foram às ruas, na maior manifestação de nossa história, mostrar que não abrem mão da democracia, das liberdades

REDES SOCIAIS

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 30

Bolsa Família. O aumento do IOF sequer é suficiente para zerar a fila do programa

O governo brasileiro come pizza na calçada, mas Nova York sabe como bem defini-lo

individuais e de apoio ao nosso governo", afirmou, sem ruborescer a face. Na realidade, os atos pediam a destituição dos ministros do Supremo Tribunal Federal e uma intervenção militar que conferisse plenos poderes a Bolsonaro. Caminhoneiros chegaram, inclusive, a comemorar um estado de sítio que nunca existiu, por acreditar em uma *fake news* que circulou nas redes bolsonaristas. O maior ato de 7 de setembro foi na Avenida Paulista e reuniu 125 mil manifestantes, segundo o Datafolha (os atos pelo *impeachment* de Dilma reuniram quatro vezes mais). Em Brasília, o público ficou aquém do esperado. Nas outras capitais, a adesão foi pífia.

Com total desfaçatez, o presidente ainda se gabou de o Brasil possuir uma das legislações ambientais mais comple-

tas do mundo. "Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países." Código esse que foi desfigurado em seu governo. Com Salles no comando do Meio Ambiente, o governo assinou em um ano 721 medidas para afrouxar a legislação ambiental e criar barreiras à fiscalização, como *CartaCapital* revelou na reportagem de capa da edição 1.155, de 5 de maio de 2021.

Bolsonaro não se deu por satisfeito e ainda tentou iludir o mundo com números. "Na Amazônia, tivemos uma redução de 32% do desmatamento no mês de agosto, quando comparado a agosto do ano anterior." Curiosa a escolha desse mês específico. De agosto de 2020 a junho de 2021, a Amazônia Legal brasileira registrou 8.381 quilômetros quadrados de desmatamento, a maior devastação para o período em dez anos, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Além disso, o Brasil não tem 83% de energia advinda de fontes renováveis, como trombeteou, e sim 44,9%. Os verdadeiros dados sobre a matriz energética brasileira podem ser consultados no Balanço Energético Mundial 2020, divulgado pela Agência Internacional de Energia (IEA).

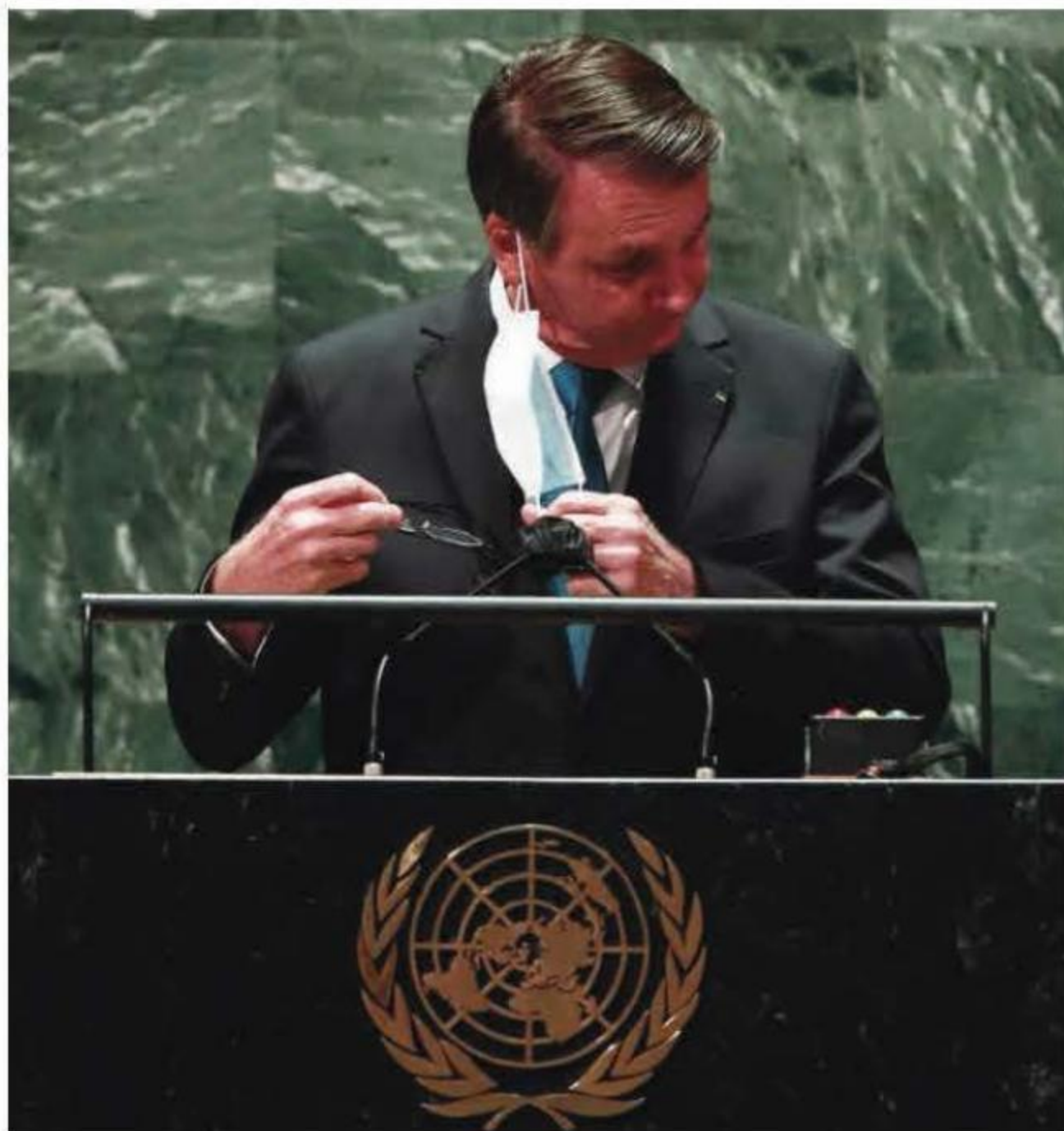
Não bastasse, o ex-capitão fez questão de acenar para a sua radical base de apoiadores, ao dizer que "as medidas de isolamento e *lockdown* deixaram um legado de inflação, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo". Qualquer economista dotado do mínimo de honestidade intelectual sabe que a crise é anterior à própria pandemia e foi agravada pela falta de controle sobre a disseminação do Coronavírus, e não pelas medidas restritivas à circulação. A alta dos preços de alimentos está associada, sobretudo, ao aquecimento da demanda chinesa, ao encarecimento do frete, causado pela política de reajustes automáticos dos preços dos combustíveis pela Petrobras, e ao desmonte dos estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab.

O *grand finale* foi, porém, a cascata de que todo brasileiro é capaz de identificar. Bolsonaro diz ter pago "um auxílio emergencial de 800 dólares para 68 milhões de pessoas em 2020". Convenientemente, esqueceu-se de mencionar que a soma, equivalente a 4,2 mil reais, corresponde ao valor total pago a parte das famílias desde o início da pandemia. Hoje, o repasse médio do auxílio emergencial gira em torno de 250 reais (menos de 50 dólares).

Em seu terceiro discurso na Assembleia-Geral da ONU, o ex-capitão desistiu de encontrar um ponto de conexão com a comunidade internacional. Satisfeito com a missão cumprida de transformar o Brasil em pária mundial, usou a tribuna em Nova York como se vale do cercadinho nas imediações do Palácio do Alvorada. Os 19 minutos de fantasias e diatribes foram dirigidos à sua radical, mas decrescente base de apoiadores. Em Nova York, só conseguiu se encontrar com Johnson e com o presidente da Polônia, Andrzej Duda, ultradireitista que compara imigrantes a "parasitas e protozoários" e quer proibir a adoção de crianças por casais homoafetivos. Nenhum outro líder quis se aproximar do ex-capitão, e não apenas pela recusa dele em se vacinar. A imagem dos funcionários da limpeza da ONU obcecados em desinfetar o púlpito para o discurso de Joe Biden, escalado para falar na sequência, resume a repugnância que Bolsonaro provoca em ambientes civilizados.

Não se enganem: este enfatiotado senhor aprendeu tudo nos bares da periferia

A mídia estrangeira não escondeu a perplexidade com as declarações e a conduta de Bolsonaro. A CNN Internacional disse que o líder brasileiro, único integrante do G-20 que não se vacinou, tentou apresentar "um novo Brasil, cuja credibilidade foi recuperada no mundo – muito diferente do país devastado pelo Coro-

POOL/GETTY IMAGES/AFP E WALTERSON ROSA/MS

Os funcionários da ONU tiveram trabalho para desinfetar o púlpito

navírus e pelos incêndios na Amazônia". Comentaristas da rede norte-americana confirmaram o desconforto causado pelo ex-capitão na Assembleia-Geral da ONU. "Bolsonaro está mais isolado do que nunca", observou Brian Winter, editor-chefe da *Americas Quarterly*, à CNN. "Trump saiu, Netanyahu se foi. O principal país que realmente se alinha com sua marca de conservadorismo de direita é a Hungria de Victor Orbán."

O *New York Times* enfatizou que Bolsonaro, em postura desafiante, insiste em defender tratamentos com drogas sabidamente ineficazes contra o Coronavírus, a exemplo da cloroquina. E acrescenta: "Seu governo demorou a garantir o acesso às vacinas contra o Coronavírus, mesmo com o vírus sobrecarregando hospitais em todo o País. A Covid-19 já matou mais de 590 mil cidadãos no Brasil". Para o *Washington Post*, o brasileiro "quebrou o sistema de honra da ONU", ao não aderir ao pacto de líderes mundiais de se imunizarem antes da Assembleia-Geral.

> Além de Johnson, Bolsonaro se reuniu com Andrzej Duda, presidente polonês que compara imigrantes a protozoários

Os dois jornais destacaram que Bolsonaro comeu na rua para burlar as regras dos restaurantes nova-iorquinos, que exigem dos clientes comprovantes de vacinação.

O italiano *La Repubblica* descreveu a "surreal missão" de Bolsonaro de provar ao mundo que está tudo bem no Brasil. "Ele continuou a negar os benefícios das medidas de contenção da Covid, mas foi forçado a deixar seu ministro da Saúde infectado pelo vírus em quarentena em Nova York." O britânico *The Guardian* observou que o ex-capitão pretendia mostrar ao mundo um novo Brasil, com a sua credibilidade restaurada, "mas em um discurso de 12 minutos, no qual o populista de extrema-direita pregou remédios não comprovados da Covid, denunciou medidas de contenção do Coronavírus e propagou uma sucessão de distorções e mentiras descaradas sobre a política brasileira e o meio ambiente, Bolsonaro fez pouco para reparar a reputação internacional de seu país". No espanhol *El País*, o correspondente Juan Arias foi certeiro ao dizer que "não é só culpa de Bolsonaro que o mundo zombe do Brasil". Segundo ele, "as desculpas políticas para não abrir um processo contra o presidente são ridículas, além de perigosas". Como se nota, o mundo parece vacinado contra Bolsonaro. Mas uma parcela expressiva dos brasileiros prefere engolir a cloroquina discursiva oferecida pelo presidente.

Cabe aqui, qual fosse a moral do enredo, uma pergunta aos nossos botões. O mundo percebe a desgraça que acomete o Brasil, mas o Brasil, apesar dos bem-aventurados, finge uma espécie de normalidade, e há quem espere as eleições do calendário golpista programadas para daqui a um ano. É óbvio que Lula derrota Bolsonaro em qualquer confronto, mas apressar o processo não seria a mais relevante conveniência para quem vive a desgraça? •

Polícia de Bolsonaro?

PODER Pipocam as denúncias de interferência política na PF. A crise na corporação borbulha

POR ANA FLÁVIA GUSSEN

Alguém aí se lembra daquela fatídica reunião ministerial de abril do ano passado que selou o divórcio entre Jair Bolsonaro e o então superministro da Justiça, Sergio Moro? O ponto da discórdia era a autonomia da Polícia Federal. Bolsonaro queria alguém de sua confiança na Superintendência do Rio de Janeiro, base política do clã, Moro preferia ter um aliado seu no cargo. Amedrontado com o avanço das investigações sobre os negócios da família, o ex-capitão esbravejou naquele convescote matinal em Brasília, inesquecível também pelas bizarrices dos ex-comparsas Abraham Weintraub e Ricardo Salles: "Não vou esperar f(****) minha família toda de sacanagem, ou amigo meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence à estrutura. Se não puder trocar, troca o chefe dele".

Os mais crédulos acreditaram que a exposição pública da declaração daria a vitória a Moro no embate. Passado um ano e cinco meses, o ex-ministro e ex-herói vive escondido em Washington, a lamber as feridas e longe das glórias do passado. Enquanto isso, Bolsonaro conseguiu o que queria, mais uma vez. As interferências na Polícia Federal tornaram-se constantes, conforme os relatos reunidos nesta reportagem. Terceiro diretor da corporação em dois anos e meio, cabe a Paulo Maiurino tourear a insatisfação dos policiais em meio a denúncias de retaliações a delegados que "se aproximam de casos sensíveis ao governo" e de abertura de processos administrativos contra investigadores com o objetivo de constrangê-los.

O racha na PF ficou latente nos últimos dias, quando pipocou em grupos de conversas de servidores uma série de reclamações que culminaram em uma lista informal com oito decisões "questionáveis" da cúpula da corporação. O caldo entornou por causa da interrupção do trabalho do delegado Felipe Leal, que há dois meses havia retomado os depoimentos e diligências na ação que investiga a interferência de Bolsonaro alegada por Moro. Por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, Leal foi afastado após incluir Maiurino entre aqueles que deveriam atender a

Os delegados estão insatisfeitos com as transferências e remanejamentos

Estopim. Desde que Maiurino assumiu o comando da PF, as denúncias de interferência política se multiplicaram

pedidos de informação. Segundo Moraes, investir contra o atual diretor da PF não estaria no escopo original da ação.

Após o afastamento de Leal, a Procuradoria-Geral da República decidiu abrir investigação contra o delegado por "extrapolar" as funções. De acordo com relatório do policial, anexado ao processo, o objetivo da inclusão de atos da gestão Maiurino seria apurar se houve ingerência do Palácio do Planalto nas investigações contra o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. À época das denúncias, a diretoria da corporação transferiu ou simplesmente afastou das apurações agentes das Operações Akuanduba e Androanthus. Leal havia solicitado ainda o relatório da Agência Brasileira de Inteligência que orientou a defesa do senador Flávio Bolsonaro no caso das rachadinhas.

A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal criticou a abertura do inquérito da PGR, baseado, segundo a entidade, na "discordância acerca da linha investigativa". Os dirigentes sindicais te-

DANIEL ESTEVÃO/MJ E FÁBIO MOTTA/AFP

mem que a recém-aprovada Lei de Abuso de Autoridade seja utilizada como "meio de vingança" contra policiais.

Entre as interferências relatadas a esta revista figura o "controle do Sinq", uma tentativa de Maiurino de limitar a autonomia de delegados na investigação de autoridades políticas em inquéritos que tramitam no Supremo e no Superior Tribunal de Justiça. O Sinq, ou Serviço de Inquéritos Especiais, fica sob o guarda-chuva da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado, atualmente chefiada por Luis Flávio Zampronha. Há, porém, casos conduzidos por delegados lotados em superintendências estaduais que tramitam no STF. Ao tentar centralizar esses casos, inspirado no funcionamento da PGR, a decisão, reclamam os investigadores, pretenderia controlar o avanço dos casos de repercussão política. Coincidência ou não, a reforma administrativa em discussão no Congresso ganhou um "jabuti", a proposta que daria ao diretor-geral da PF o poder de escolher os delegados dos inquéritos. O jabuti sumiu da reforma após ser revelado pela mídia e até agora não se sabe quem o colocou lá.

Consta que uma das razões para as decisões de Maiurino está relacionada à delação do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que teria entre os alvos José Dias Toffoli, ministro do STF. Sem informar ao superior ou à PGR, o delegado Bernardo Guidali decidiu abrir um inquérito sobre o assunto, apesar de o trecho em que o magistrado é citado ter sido arquivado por Raquel Dodge, antecessora de Augusto Aras, por falta de provas.

Guidali acabou afastado do caso, assim como seu chefe, Thiago Dalabary, coordenador-geral de Repressão à Corrupção e Lavagem de Dinheiro. Dalabary, que participou da investigação contra Michel Temer, também teve suspensa a sua nomeação para a chefia da Delegacia de Combate ao Crime Organizado

Indicação. O atual diretor da PF foi nomeado pelo ministro da Justiça, Anderson Torres

da superintendência do Rio Grande do Sul. Indicado pelo Ministro da Justiça, Anderson Torres, Maiurino foi secretário de Segurança do Supremo durante a presidência de Dias Toffoli. O bom trânsito com o ministro agradou a Bolsonaro, que testa uma relação de morde-e-assopra com o Judiciário

A investigação aberta contra Leal e a paralisação do inquérito a respeito da interferência de Bolsnaro na PF – Alexandre de Moraes orientou a Maiurino que indique um novo delegado – têm como pano de fundo três casos de supostas retaliações a investigadores das operações Akuanduba e Androanthus. Salles e Eduardo Bim, presidente do Ibama, foram denunciados por advocacia administrativa e organização criminosa, além de tentativa de obstruir o combate à destruição ambiental.

O delegado Franco Perazzoni, responsável por pedir a busca e apreensão nos endereços de Salles e de outros 21 investigados na Akuanduba, foi retirado da chefia da Delegacia de Repressão e Corrupção e Crimes Financeiros e teve barrada a indicação para o comando da área de Investigação e Combate ao Crime Organizado em Brasília. Em julho, foi a vez do delegado Rubens Lopes ser retirado da chefia da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico. Foi Lopes o responsável pelo contato com os investigadores norte-americanos e por constatar os problemas na documentação de madeira contrabandeada em um porto dos Estados Unidos. Delegado há 19 anos e referência na repressão a crimes ambientais, Lopes teve de aceitar a transferência para o setor de combate ao tráfico de drogas no Distrito Federal.

As operações contra crimes ambientais são as mais visadas pelo Palácio do Planalto

Responsável pela maior apreensão de madeira da história do Brasil, 200 mil metros cúbicos no valor de 130 milhões de reais, Alexandre Saraiva foi destituído da superintendência no Amazonas um dia depois de ter oferecido ao STF a queixa-crime contra Salles e o senador Telmário Mota (Pros-RR). Seus dez anos no comando não valeram de nada. Saraiva foi transferido para Volta Redonda, no Rio de Janeiro, além de responder por dois processos administrativos, um deles por participar do programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

CartaCapital teve acesso à defesa do delegado no processo sobre a participação no *Roda Viva*. Saraiva faz críticas à "postura política da PF" e denuncia a limitação de acesso a sistemas internos e outras formas de "constrangimento" praticadas pela direção.

REDES SOCIAIS, PF E TOM COSTA/MJ

Retaliação. Leal, Saraiva e Lopes, todos acabaram afastados de suas funções

"Na Polícia Federal, todos os servidores tiveram seu acesso ao SEI drasticamente limitado e, pior, as demais instituições federais (*e.g.* Justiça Federal, MPF, AGU etc.), bem como a população de modo geral está impossibilitada de conferir se uma assinatura eletrônica gerada no SEI é autêntica, pois foi suprimido o acesso público à maior parte dos documentos expedidos pela PF", descreve.

Desde a chegada de Bolsonaro ao poder, garimpeiros, madeireiros ilegais e grileiros são recebidos com pompas e circunstâncias nos principais gabinetes de Brasília. Apesar da pressão nacional e internacional, o ex-capitão mantém firme o propósito de "passar a boiada", outro termo celebrizado naquela reunião ministerial de abril do ano passado, posição que ele não fez questão de esconder em mais um discurso mentiroso e psicótico na Assembleia-Geral da ONU. "Eles têm especial atenção às investigações que correm na área ambiental devido a acordos e alinhamentos feitos entre o presidente e o próprio ministro da Justiça com deputados da bancada ruralista e empresários que viram a grilagem de terras aparecer nas duas operações. Eles querem botar gente que só obedeça", descreve um servidor da PF.

Outros dois casos são questionados pelos investigadores, um deles o recuo na nomeação de Rodrigo Morais para a coordenação de inteligência. Morais era responsável pelo inquérito da facada, arquivado após a conclusão de que Adélio Bispo teria agido por conta própria. Segundo *O Globo*, em uma conversa com Paulo Maiurino antes de nomeá-lo, Bolsonaro teria expressado sua "frustração em relação ao arquivamento do caso Adélio". O mal-estar na corporação piorou depois de o delegado Agnaldo Alves solicitar informações às chefias estaduais sobre denúncias de fraudes em eleições. A direção da PF não respondeu aos pedidos de explicação até o fechamento desta edição. •

Um festival de horrores

CPI DA COVID Diretor da Prevent admite alteração de código de diagnóstico da Covid em prontuários, mas rebate dossiê

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Com a entrega de seu relatório adiada para outubro, a CPI da Pandemia aproxima-se do fim sem dar conta das várias linhas de investigação que surgem. Durante a semana, foi tratado o escabroso caso da Prevent Senior. No entendimento da maioria dos senadores que compõem a Comissão, a operadora de saúde é responsável por um experimento ilegal para o tratamento precoce da Covid e também por um esquema fraudulento de ocultação da causa dos óbitos ocorridos. Em depoimento na quarta-feira 22, o diretor-executivo da empresa, Pedro Benedito Batista Júnior, negou as acusações feitas à operadora especializada em "saúde da terceira idade", mas acabou tendo o nome incluído como investigado a pedido do relator Renan Calheiros, do MDB.

Em posse de um *habeas corpus* que lhe permitia ficar em silêncio, Batista prontificou-se a responder aos questionamentos dos senadores, mas acabou não assumindo qualquer responsabilidade pelas irregularidades imputadas à Prevent. Embora tenha admitido que o experimento realizado com 636 pacientes não tinha a autorização da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep), ele o classificou como "apenas um estudo observacional" que foi realizado com a anuência dos participantes. Alguns depoimentos de pacientes e familiares colhidos pelos senadores, no entanto, afirmam que houve clara indução da Prevent ao uso do "*kit*-Covid".

O diretor negou que a empresa tenha obrigado seus médicos a prescrever aos pacientes o tratamento precoce ou o "*kit*-Covid" composto de hidroxicloroquina, azitromicina, zinco e outros medicamentos sem eficácia comprovada contra o Coronavírus. "Quem prescreve é o médico. Com total autonomia", disse. Batista também negou que prontuários de pacientes tenham sido adulterados pela empresa ou que tenha havido alteração dos números de registro para mascarar os óbitos por Covid.

No entanto, mensagens enviadas por um supervisor da Prevent aos subordinados e exibidas pelos senadores pedem "reavaliação" para "ajustar os parafusos" nos relatórios. Os médicos foram instados pela empresa a apresentar "dados assertivos" sobre a eficácia do tratamento, pois o estudo iria "mudar a história da Medicina". Aqueles que não concordassem, pontuava a mensagem, "poderiam perder espaço".

> Embora o estudo da Prevent mencione apenas duas mortes, os denunciantes dizem que foram nove, e seis delas ocorreram após o "kit-Covid"

Autor do requerimento para a convocação de Batista, o senador Humberto Costa, do PT, afirmou que, além do grupo de pacientes envolvidos no estudo, outros 6 mil receberam prescrições de tratamento precoce na Prevent: "Não há dúvidas de que se trata de uma fraude". Costa avalia que a operadora foi aliada do governo na tentativa de imposição do tratamento precoce. "Uma empresa como a Prevent era um espaço importante para legitimar essa política", disse. Desde o início da pandemia, segundo a Prevent, foram internadas em hospitais da rede 18 mil pessoas com Covid, com 4 mil óbitos (22%). A média de idade dos pacientes que morreram, disse Batista, é de 68 anos.

A presença da médica Nise Yamaguchi como consultora informal da Prevent e suas idas constantes ao Hospital Sancta Maggiore, administrado pela empresa, foram encaradas pelos senadores como provas da sintonia com o governo. "Ficou comprovada a existência do gabinete paralelo", disse Costa. Outra evidência seria o fato de os Bolsonaro terem postado em primeira mão nas redes sociais os "dados positivos" apresentados pelo experimento da Prevent. Batista negou: "Desconheço a existência de gabinete paralelo. Nunca participamos do desenvolvimento de protocolos com o Ministério da Saúde. A Prevent Senior não tem nenhuma relação com o governo".

Batista disse não saber explicar por que as postagens feitas pelo clã tra-

ziam números inflados sobre o estudo. "De nossa parte, não houve nenhuma interlocução", disse. Nesse momento, o presidente da CPI, Omar Aziz, do PSD, se irritou: "Tá fazendo graça! A Prevent foi usada como propaganda negacionista. Propaganda que atraía novos pacientes. Vocês eram interessados..."

Outros senadores se irritaram com o diretor ao longo do depoimento. Rogério Carvalho, do PT, chamou Batista de "mentiroso" e Otto Alencar, do PSD, disse que ele "não tem condições de ser médico". A paciência com Batista foi diminuindo à medida que se repetiam suas negativas. "Nunca houve *kit*"; "não houve padronização de receitas"; "não há falsificação de prontuário" e "nenhum médico foi constrangido" foram algumas das respostas repetidas aos insistentes senadores.

A presença da doutora Yamaguchi no hospital em São Paulo, explicou Batista, aconteceu porque ela acompanhava pessoalmente o caso do médico Anthony Wong, outro suposto integrante do "gabinete paralelo", falecido em janeiro. Embaixador do Instituto Trata Brasil e ativo defensor da hidroxicloroquina, Wong teria morrido vítima da Covid, mas, segundo a denúncia feita por um grupo de médicos

Defesa. Batista, da Prevent Senior, nega que a empresa tenha obrigado os pacientes a tomar cloroquina

REDES SOCIAIS

da Prevent, a informação foi ocultada. Batista, em nome da "ética médica", não quis se pronunciar: "Não vou comentar nada a respeito deste ou de qualquer outro paciente", disse. Ele também não quis responder se Yamaguchi teve interferência na determinação da causa do óbito de Wong.

Segundo a denúncia, outro óbito que teve sua causa ocultada nos prontuários da Prevent foi o de Regina Hang, mãe do empresário bolsonarista Luciano Hang, um dos maiores entusiastas do tratamento precoce. Segundo o apurado pela CPI, ela morreu em decorrência da Covid, mas no atestado de óbito consta outra causa para a morte. Em um vídeo exibido a pedido do relator, Hang afirma nas redes sociais que a mãe "talvez tivesse sobrevivido" se tivesse feito o tratamento precoce. Chamado de "filho desalmado" por Renan, Hang ainda poderá ser convocado pelos senadores: "A Prevent ocultou que havia dado o *kit*-Covid porque isso ia dificultar o discurso do governo e ele concordou. Essa é uma farsa que a CPI vai comprovar", disse o relator. Embora o estudo divulgado pela Prevent mencione apenas duas mortes, os denunciantes dizem que foram nove, e seis deles haviam tomado o coquetel de drogas experimentais.

Batista atribuiu a dois médicos hoje afastados e a uma advogada a elaboração do conjunto de denúncias que teve o objetivo de "prejudicar uma empresa idônea". Segundo o executivo, os médicos foram demitidos após "invadirem prontuários" no sistema de informática da Prevent e alterarem mensagens e planilhas para montar um dossiê: "Foi apresentada a vocês uma peça de horror. Eles buscavam a imprensa e depois vinham tentar acordos no nosso departamento jurídico. Foi um dossiê feito por criminosos".

O adiamento do fim dos trabalhos da CPI em uma ou duas semanas ainda será definido pelos senadores. Com o auxílio de um grupo de juristas, Renan Calheiros dá os toques finais em seu relatório, que deverá indicar pelo menos sete modalidades de crime cometidas pelo governo Bolsonaro. Na opinião de alguns, a gravidade do caso da Prevent justifica um prazo ainda maior para as investigações: "São necessárias outras oitivas sobre a Prevent. Estamos diante de um crime contra a humanidade", disse Rogério Carvalho. O relator segue a mesma linha: "Não há leniência com quem faz da medicina um teste com cobaias humanas. (A Prevent) não é um plano de saúde, mas um plano macabro de morte", disse Renan.

Relatório. Calheiros quer mais tempo para incluir as denúncias sobre a Prevent

Hang. A morte da mãe levanta dúvidas

Outras convocações ainda poderão ser feitas pela CPI. A mais polêmica é a do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, recentemente diagnosticado com Covid em Nova York. Queiroga interrompeu a vacinação de adolescentes pelo Plano Nacional de Imunização, o que contrariou a comunidade científica e parte dos senadores. "Temos um impasse em relação à convocação do ministro. A CPI vai analisar ainda se aguarda sua recuperação. Contamos com que ela ocorra rápido", disse o senador Randolfe Rodrigues, da Rede, vice-presidente da CPI.

Os senadores ainda discutem outras eventuais convocações, como a da ex-mulher de Bolsonaro Ana Cristina Valle, e a do ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde coronel Élcio Franco. "Ainda vamos dialogar sobre quais depoimentos serão pautados para a semana que vem. Há uma tendência de ouvirmos mais alguém sobre a Prevent Senior e os outros depoimentos não estão descartados. Enquanto tem bambu tem flecha", disse Randolfe. O prazo final para o encerramento dos trabalhos da CPI é 5 de novembro. •

EDILSON RODRIGUES/AG. SENADO E WASHINGTON COSTA/ME

CIRO GOMES

Lições para todos

▶ A polarização em curso no País está turvando a visão dos democratas para o perigo do momento

Estive em 12 de setembro na manifestação convocada pelo MBL, na Avenida Paulista, pelo *impeachment* de Bolsonaro. O que vi lá foi uma vibração imensa de militantes das mais diversas correntes ideológicas. Todos unidos pelo direito de discordarem livremente, de defenderem suas próprias ideias em ambiente saudável de disputa democrática. Vi ser levantada a mais poderosa das espadas da democracia, a união de diferentes correntes políticas contra a ditadura. A participação popular, no entanto, foi pequena, assim como foi pequena a adesão aos protestos que o PT convocou para disputar contra Bolsonaro em 7 de setembro.

Disso, acredito que todos nós podemos extrair importantes lições.

A antecipação da disputa eleitoral de 2022 está desmobilizando os protestos contra o governo. Protestos chamados pelo PT são vistos por oponentes como protestos a favor da candidatura Lula, e o convocado pelo MBL foi visto como contrário a ela. O PT reclamou que, antes de abrir a todos a manifestação, o MBL tinha usado o mote "Nem Lula, nem Bolsonaro". Mas esse *slogan* tinha sido proibido desde o dia 7 pelos organizadores do evento.

Da mesma forma, 40% dos presentes nos protestos do dia 12 disseram que não participariam de nenhum ato que contasse com a presença do PT. Da última vez que participaram, militantes do PSDB foram agredidos e tiveram suas bandeiras queimadas. As feridas no Brasil ainda estão muito abertas.

Temos que decidir se queremos esgarçá-las ou tratá-las e olhar para o futuro. A verdade é que a polarização em curso no País está turvando a visão dos democratas para o perigo do momento. Não que haja perigo real de Bolsonaro ser bem-sucedido num golpe de Estado, mas o perigo concreto e em curso é a erosão da nossa democracia. Para uma nação que impediu um presidente por ter suas contas pessoais pagas por seu ex-tesoureiro e sua primeira presidente mulher por "pedaladas fiscais", não impedir, a que tempo for, a que custo for, o presidente mais criminoso de todos os tempos, que atenta contra as instituições toda semana e coleciona mais crimes que Al Capone, é um desastre que desmoralizará nossa Constituição e o instituto do *impeachment*, incentivando futuros candidatos a tiranos.

Não adianta a nossa elite empresarial e jornalística fazer a décima terceira aposta na "moderação", pensando que isso traria menos prejuízos econômicos. Não se trata mais sequer das pautas de destruição do Estado a que nos opomos. Bolsonaro não conseguirá mais impor essas agendas. O problema, agora, é muito mais prosaico, nossa imagem no exterior está no chão, estamos destruindo nossas relações internacionais e, em breve, vamos sofrer todo tipo de prejuízo e até mesmo embargos em setores fundamentais da nossa economia. Quem espera ainda que Paulo Guedes possa entregar qualquer coisa, está na hora de desistir.

Como dizia Einstein, a definição de insanidade é continuar fazendo as mesmas coisas e esperar resultados diferentes. O Brasil tem de se unir para salvar a sua democracia e o respeito à Constituição. A pauta para novos protestos não pode ser anti ou pró-candidatura alguma em 2022, não pode ser contra ou a favor de privatizações, contra ou a favor de pautas culturais. A pauta é única: defender o direito de ser contra ou a favor de qualquer ideia, de expressar isso, e, portanto, da necessidade de impedir o criminoso traidor candidato a tiranete que está no poder.

Para isso, devemos assumir riscos e contradições para defender o povo brasileiro, todos aqueles que, como eu, estiverem vacinados, de máscara, nas ruas, devemos ampliar politicamente e superar atritos menores do passado. Tive imensos embates com o MBL. Eles me trataram com muita incorreção, inclusive espalhando que eu defendia "impressão de dinheiro" para resolver o problema do orçamento. Eu também os tratei eventualmente, confesso, com rispidez exagerada.

Mas assumi meu risco e posso dizer que senti um carinho enorme na Avenida Paulista. Nossas diferenças, ali, foram momentaneamente superadas em nome da defesa da democracia. Para isso, estou também disposto a momentaneamente superar minhas diferenças com o PT, como estamos fazendo ao organizar atos em conjunto. Precisamos organizar os próximos atos com todos, e a todos que quiserem defender a nossa democracia, respeitar e acolher.

Ainda há tempo para o PT amadurecer essa posição. Quem for democrata tem de entender que o *impeachment* é a única saída. A oposição soma perto de 120 deputados em 513 e precisamos de 305 para o *impeachment*. Assim, quem verdadeiramente for a favor, tem de colaborar para que um acordo com a direita e o centro democrático aconteça. Acima de tudo, precisamos nos reconciliar com o povo brasileiro e com a nossa Constituição. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Miragem eleitoral

BOLSA FAMÍLIA O aumento do IOF não garante sequer a inclusão dos 2,2 milhões de famílias sem acesso ao programa hoje

POR FABÍOLA MENDONÇA

Fernanda Maria dos Santos tem 39 anos e é moradora do Coque, comunidade da região central do Recife com o pior Índice de Desenvolvimento Humano da cidade. Perdeu o emprego depois de contrair a síndrome de Guillain-Barré e não conseguiu mais retornar ao mercado de trabalho. Ela está inscrita no cadastro único para receber o Bolsa Família há mais de três anos, mas nunca foi incluída no programa. Sem renda, passou a viver com a ajuda de familiares e, com a pandemia, está recebendo o auxílio emergencial. "Enquanto tiver o benefício, dá para aguentar. E depois?", questiona. A situação de Emily Santos, 20 anos, não é muito diferente. Mãe de um menino de 2 anos e de um bebê de 7 meses, ela nem sequer conseguiu ter acesso ao cadastro único. Por enquanto, se contenta com os 375 reais pagos pelo governo federal, mas sabe que o auxílio deve acabar em outubro.

Assim como Fernanda e Emily, existem mais de 2,2 milhões de famílias que vivem em condições de pobreza ou extrema pobreza e não têm acesso ao Bolsa Família, revela um recente levantamento feito pela Vigilância Socioassistencial do Consórcio Nordeste. Uma fila de espera que cresce a cada dia, diante de um Brasil que voltou a conviver com a fome e de um governo que não tem programa de geração de emprego nem políticas públicas eficientes de assistência social. "O Brasil gasta muito pouco com programas de distribuição de renda. O Bolsa Família corresponde a apenas 0,4% do PIB, enquanto os países da OCDE gastam uma média de 2,5% do PIB para esse tipo de benefício", ressalta Shirley Samico, assistente social, membro do Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco e integrante do grupo de trabalho que mapeou a demanda reprimida no País.

Criado há 18 anos pelo ex-presidente Lula, o Bolsa Família atende hoje mais de 14 milhões de famílias e está presente em todos os 5.570 municípios brasileiros. É considerado o maior programa de transferência de renda da América Latina e uma referência para muitos países. O programa está, porém, com os dias contados. De olho em 2022, Jair Bolsonaro pretende substituí-lo pelo "Auxílio Brasil". Para isso, publicou, em agosto, a Medida Provisória 1061/2021. Agora, busca mecanismos para financiá-lo, uma vez que prometeu reajustar os valores dos benefícios em 50%.

> O Orçamento de 2022 prevê os mesmos 34,7 bilhões de reais reservados para este ano

Primeiro, o governo tentou utilizar os recursos dos precatórios para cobrir os custos do novo programa e, mais recentemente, anunciou o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para suprir ao menos parte dos 9,3 bilhões de reais previstos este ano para o Auxílio Brasil. Toda essa engenharia se dá porque não é possível aumentar o valor do benefício sem ultrapassar o teto de gastos. O Orçamento de 2022 não prevê

FABÍOLA MENDONÇA E MARIO TAMA/GETTY IMAGES/AFP

Voto definido. "Bolsonaro deixou os pobres mais pobres", avalia Josenilda Maria da Silva, eleitora declarada de Lula

recursos extras para o programa, constando uma previsão de 34,7 bilhões de reais, o mesmo valor reservado para o Bolsa Família neste ano.

Não resta dúvida de que o Auxílio Brasil é mais uma tentativa de Bolsonaro para reverter a desvantagem nas pesquisas eleitorais. Na última rodada Datafolha, realizada entre 13 e 15 de setembro, ele figura com 26% das intenções de voto no primeiro turno contra 44% de Lula. No segundo, perderia para o petista por uma diferença de mais de 20 pontos porcentuais – 31% a 56%. Diante do cenário nada animador, o ex-capitão tem pressa em criar algo que possa explorar durante a campanha à reeleição. Só que a MP precisa ser votada no Congresso até início de dezembro, senão perde a validade, e o novo programa tem de ser implantado até o fim de 2021, uma vez que a legislação impede que isso aconteça em ano eleitoral.

Para Maria Ozanira da Silva e Silva, doutora em Serviço Social e professora da Universidade Federal do Maranhão, a MP é confusa e não trata do essencial, que é acabar com a fila de espera e a definição de regras de atualização periódica do valor do benefício. Segundo dados da Vigilância Socioassistencial do Consórcio Nordeste, a região nordestina lidera a fila de espera pelos repasses, com quase 850 mil famílias inscritas no cadastro único, seguida do Sudeste (mais de 830 mil famílias), Norte (250 mil), Sul (200 mil) e Centro-Oeste (14 mil famílias).

"A situação, na verdade, é bem pior. Imaginando que cada família tem, em média, três pessoas, é só fazer a conta e ver o número real de pessoas de que estamos falando. E ainda existe um número muito maior de pobres e extremamente pobres com os mesmos critérios de renda que não estão conseguindo se inscrever no cadastro único, que está praticamente paralisado porque parte da assistência social foi desmobilizada. Tem ainda um terceiro grupo de famílias que está no auxílio emergencial e nem sequer tentou se inscrever, nem sabe que existe cadastro único porque entrou direto no auxílio emergencial", pondera a economista Tereza Campello, ex-ministra de Desenvolvimento Nacional e Combate à Fome do governo Dilma Rousseff.

Campello lembra que os parâmetros para definir a linha de pobreza e de extrema pobreza no Brasil estão congelados desde o governo Temer. São consideradas extremamente pobres as famílias com renda *per capita* de até 89 reais por mês e pobres aquelas com renda entre 89 e 178 reais mensais. "Para ter uma linha de pobreza minimamente aceitável pelos critérios internacionais usados pela ONU, teríamos de dobrar esses valores", explica a ex-ministra. O novo programa prevê um tímido crescimento, de 14 milhões de beneficiários para 17 milhões. "A conta que tem de ser feita é quantos estão recebendo hoje o auxílio emergencial, que são 39 milhões, e quantos eles estão dizendo que vão pagar com o novo benefício, que são 17 milhões. Significa redução no número: vai ter o Auxílio Brasil para 17 milhões de beneficiários e renda zero para 22 milhões, que serão excluídos", observa.

"O novo programa vai excluir 22 milhões de brasileiros que hoje recebem o auxílio emergencial", alerta Tereza Campello

"Mudar o Bolsa Família para o Auxílio Emergencial não muda meu voto. Com Bolsonaro, os pobres ficaram mais pobres. Tem de entrar um presidente que olhe para os pobres. O único que fez alguma coisa por nós foi Lula", dispara Josenilda Maria da Silva, de 49 anos, beneficiária do Bolsa Família desde 2004. Com dois filhos menores, ela recebe 175 reais por mês e faz parte das centenas de pessoas assistidas pela Associação de Mães, Pais e Adolescentes do Coque, entidade que chega a emitir mais de 40 atestados de pobreza por dia para quem preenche os requisitos do Bolsa Família.

Desafinado. Bolsonaro ainda não sabe como financiar o seu "Auxílio Brasil"

ALAN SANTOS/PR

Numerosos estudos comprovam que o programa movimenta a economia local, principalmente dos municípios de pequeno porte. Em 2013, para citar um exemplo, uma pesquisa coordenada por Marcelo Neri, à época presidente do Ipea, demonstrou que cada real gasto no Bolsa Família acrescenta 1,78 real no PIB. "O Bolsa Família tem forte impacto político pelo seu baixo custo, pelo quantitativo de beneficiários e por ser funcional ao sistema capitalista", analisa Maria Ozanira da Silva e Silva, autora de vários estudos sobre o impacto do Bolsa Família na mitigação da pobreza.

A importância do programa para os municípios passa também pela atuação das prefeituras. "Quem organiza e constrói a base do Bolsa Família são os prefeitos. É exatamente o que Bolsonaro tenta desfazer. Ele está construindo um aplicativo para transferir diretamente o dinheiro para as famílias, ignorando as realidades municipais", explica Tereza Campello. A ex-ministra critica a ideia de que o Auxílio Brasil estaria turbinando o Bolsa Família e lembra que o valor do benefício não é reajustado desde 2014. O governo apenas atualiza a defasagem. "E tem de atualizar mesmo! Isso já deveria ter sido feito, não precisava esperar essa tragédia chegar no patamar que chegou", diz Campello, acrescentado que as mudanças propostas desorganizam toda a estrutura construída no Brasil ao longo de 18 anos.

Silva reforça esse argumento e classifica o Auxílio Brasil como um retrocesso por "estimular a lógica de desempenho, destacando o 'esforço' individual para a superação da pobreza, por minimizar as obrigações do Estado, por incentivar creches do setor privado e por propor a substituição de entrevistadores sociais pelo acesso direto de aplicativo, desconsiderando a ampla rede do Sistema Único de Assistência Social nos municípios". •

LÍDICE DA MATA

Vergonha nacional

▶ Em vez de buscar parcerias, Bolsonaro falou para a sua bolha de tresloucados, na defesa do tratamento de Covid com remédios sabidamente ineficazes

O Brasil nunca foi tão ridicularizado no cenário internacional como nesta semana, durante a Assembleia-Geral das Nações Unidas. O presidente da República, Jair Bolsonaro, viajou até Nova York, nos EUA, para passar sucessivos vexames e envergonhar os brasileiros de bom senso. Dentre os líderes do G-20, bloco das maiores economias do mundo, o mandatário brasileiro era o único que não havia tomado a vacina contra o Coronavírus, o que chamou atenção do prefeito nova-iorquino, Bill de Blasio, que o classificou como *persona non grata* em sua cidade.

No mesmo dia, o presidente levou uma reprimenda pública, diante de câmeras do mundo inteiro, do primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, que lhe disse ter tomado a vacina AstraZeneca/Oxford. Aliás, não foram só as autoridades que condenaram a irresponsabilidade de Bolsonaro. Barrado em um restaurante, teve de comer pizza com auxiliares na calçada, protagonizando a cena mais patética jamais vista com um chefe de Estado brasileiro.

No dia seguinte, quando todos os líderes mundiais aguardavam uma fala sensata e equilibrada no discurso de abertura da Assembleia-Geral da ONU, ele desfiou um repertório quase inesgotável de mentiras. Pintou um Brasil paralelo, fora de qualquer realidade. Em vez de buscar parcerias comerciais com outros países, preferiu falar para a sua bolha de tresloucados, defendendo o tratamento de Covid com remédios ineficazes.

A narrativa desse homem é genocida, pois milhares e milhares de vidas foram ceifadas por conta do tal tratamento precoce, como mostrou esta semana a CPI da Pandemia no Senado, apresentando documentos que mostram a farsa que foi o estudo da Prevent Senior. Seu ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, concorre de igual para igual com o antecessor, Eduardo Pazuello, em matéria de desastre no enfrentamento da pandemia. Além da trapalhada que fez, de forma criminosa, com a interrupção da vacinação de adolescentes, comportou-se como um mau aluno do Ensino Fundamental, ao mostrar o dedo médio para manifestantes, atestando completa falta de compostura para o cargo que ocupa. Além disso, testou positivo para a Covid-19 e terá de cumprir 14 dias em quarentena num hotel em Nova York.

Memes na internet comparam o presidente Bolsonaro ao boneco Pinóquio, famoso pelas mentiras que faziam seu nariz crescer. Na história, o personagem transforma-se numa criança ao parar de mentir. Na vida real, não podemos chamá-lo de Pinóquio. Ele é pior que o personagem, pois tem consciência do mal que causa ao povo brasileiro. Estamos chegando às 600 mil mortes em pouco mais de um ano e meio de pandemia; aos 15 milhões de desempregados e de volta ao mapa da fome, o que não acontecia há mais de uma década. Sem dinheiro para comprar o gás de cozinha, cujo valor do botijão ultrapassa os 100 reais em muitas regiões do País, as famílias passaram a recorrer ao álcool, o que tem aumentado o número de acidentes domésticos relacionados às queimaduras.

O Brasil parece um caminhão sem freios, desgovernado e empurrado ladeira abaixo. Sabemos como chegamos até aqui, mas não temos a mínima ideia de onde é o fundo do poço ou se já estamos nele. Por isso, é preciso que saiamos às ruas – todos de máscara – para mostrar a nossa insatisfação para com este governo genocida, que retira direitos sem nenhum pudor nem limites. Ser contra o governo de Jair Bolsonaro é garantir um ambiente para que possamos reconstruir o País que foi completamente dilapidado nestes três anos de uma administração completamente desarticulada da realidade. Fora Bolsonaro! •

lidice@lidice.com.br

Mentiroso, desprezível e perdedor. Nova York soube como definir Bolsonóquio

BAPTISTÃO E BUTCHER BILLY

A ginga da boiada

RIO DE JANEIRO Em sua terceira passagem pela prefeitura, Eduardo Paes rasga a fantasia de "ecologista" e libera o desmate

"Como é possível desmatar uma área tão importante para a regulação da temperatura do bairro sem consultar os moradores? O barulho das árvores caindo é ao mesmo tempo triste e assustador", lamenta a representante de vendas Fernanda Dias, moradora da Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e vizinha de uma contestada obra autorizada pela prefeitura. A vegetação nativa de uma área de amortecimento do Parque Nacional que abriga dezenas de espécies da flora e fauna dará lugar a um condomínio residencial com 200 apartamentos em um terreno adquirido pelo Grupo Opportunity, que dispensa apresentações. O desmatamento só foi possível após o pedaço de terra, originalmente parte de uma região tombada por seu valor arquitetônico e urbanístico, ser desmembrado às pressas pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural. Moradores, ambientalistas e parlamentares criticam a decisão da prefeitura e denunciam um processo de revisão do plano diretor da cidade que trará prejuízos incontornáveis. A prefeitura rebate e afirma que os projetos têm o objetivo de revitalizar a economia de áreas hoje estagnadas e subaproveitadas.

O Movimento Baía Viva acionou o Ministério Público para tentar embargar o projeto na Tijuca. "A supressão das árvores foi autorizada de forma irresponsável, por meio de uma licença fraudulenta e ilegal, para favorecer os interesses da especulação imobiliária", diz Sérgio Ricardo Potiguara, coordenador da entidade, que acusa Eduardo Paes de conivência. "O prefeito tem avançado com facilidade na revisão do plano diretor sem verdadeiramente ouvir o projeto participativo de cidade defendido há décadas pela sociedade civil e acadêmica."

As críticas aumentaram depois da apresentação pela prefeitura, no início do mês, de um projeto de lei complementar que determina mudanças nos parâmetros de ocupação e construção em áreas hoje preservadas e restritas a residências unifamiliares. Se a lei for aprovada, casas antigas localizadas em pontos nos quais a Mata Atlântica se encontra com a porção urbana poderão ser desmembradas em unidades autônomas e dar lugar a prédios, condomínios e estabelecimentos comerciais. Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, mais de 12 mil imóveis estão nessa condição, a maioria concentrada entre a Tijuca, o Centro e a Zona Sul. Alguns são datados do século XIX e protegidos pelo patrimônio histórico. A nova lei permitirá ainda que imóveis localizados em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, as Apacs, abriguem estabelecimentos hoje proibidos, entre eles hotéis e restaurantes, o que afetaria bairros como Urca, Alto da Boa Vista, Santa Teresa e Cosme Velho.

Mudanças no plano diretor permitem a derrubada de Mata Atlântica e a ocupação de áreas tombadas

Segundo a presidente da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara dos Vereadores, Tainá de Paula, do PT, o tema não é tratado pela prefeitura com a devida profundidade. "É muito importante estudar de que forma podemos viabilizar economicamente as edificações preservadas sem descaracterizar o patrimônio histórico nem provocar impactos ambientais", diz. "Foi desperdiçada a oportunidade de se fazer um debate mais qualificado sobre a reinserção desses imóveis e evitar que a flexibilização de parâmetros urbanísticos resulte em impactos que dificilmente poderão ser revertidos. E tudo isso sem a prefeitura apresentar estudos técnicos ou exigir análises de impacto de vizinhança."

Em relação às áreas de proteção cultural, a vereadora teme consequências diversas. "O maior risco é possibilitar uma série de usos comerciais em imóveis de interesse de preservação, o que provocará um impacto tremendo nas redes de infraestrutura e trânsito." A permissão de novas edificações, acrescenta, resultará em adensamento populacional, supressão de vegetação e descaracterização arquitetônica. "São prejuízos ao meio ambiente e ao patrimônio histórico", resume.

Secretário municipal de Planejamento Urbano, Washington Fajardo defende a importância econômica do projeto: "Há muitas casas preservadas em áre-

as unifamiliares que não conseguem mais ter economia de utilização. São casas que têm 600, 800, mil metros quadrados e nas quais, pelo zoneamento, só pode morar uma família. Hoje em dia, ninguém mais mora em um imóvel desse tamanho e eles ficam sem possibilidade de utilização". Uma nova lei, defende o secretário, favorecerá atividades econômicas de baixo impacto. "Basta uma olhada na internet para ver que em áreas residenciais há um monte de atividades econômicas. É estúdio de pilates, é produtora cultural... Vários profissionais liberais têm suas atividades em casas, só que essas ficam ilegais. É muito importante permitir algum grau de flexibilidade para atividades econômicas nesses bairros. Isso também reduz os deslocamentos em veículos, o que tem um impacto ambiental positivo."

REDES SOCIAIS E YASUYOHI CHIBA/AFP

Motosserra. O condomínio residencial aprovado por Paes avança sobre área de preservação na Tijuca

As críticas dos ambientalistas, prossegue Fajardo, são injustas. "Um dos aspectos dessa lei é o ecológico. Não à toa várias cidades criam estímulos para o *retrofit*, para a reforma, visando, inclusive, reduzir as emissões de gases de efeito estufa. As unidades de conservação ficarão intactas, e as áreas com proteção ambiental não serão alteradas."

O avanço sobre os terrenos protegidos, dizem os críticos, é efeito da pressão crescente do setor privado. Flexibilizar o uso serviria para tirar do papel, entre outros, o Parque do Boticário, que se estenderia do Largo do Boticário, recanto

bucólico do Cosme Velho, a Santa Teresa. O projeto prevê a construção de 40 residências tradicionais e 20 *lofts* no meio da mata, além do alongamento de ruas em uma Zona de Reserva Florestal. A prefeitura, diz o secretário, não tem nada a ver com a história. "Nem sei o que é isso."

A tensão entre o Poder Público e os ambientalistas aumentou depois do anúncio de um pacote de ações "verdes" bancadas com parte do dinheiro que a cidade vai receber da privatização da Cedae, a companhia estadual de água e esgoto. Em meio a investimentos em educação e saúde, Paes incluiu a construção de "parques lineares" em bairros da Zona Oeste. Segundo o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o projeto, ao custo de 300 milhões de reais, "combina técnicas de urbanismo e drenagem" e é destinado a proteger de invasões irregulares áreas inundáveis pelo Rio Cabuçu, além de "melhorar as condições ambientais" da combalida Baía de Sepetiba.

Para o Movimento Baía Viva, se quisesse de fato melhorar a situação da região, a prefeitura deveria apostar no saneamento. "O prefeito está em seu terceiro mandato e em nenhum deles investiu 1 centavo para tirar do papel o obrigatório Plano Municipal de Saneamento Básico. No primeiro governo, fez um acordo ilegal com o então governador Sérgio Cabral, que privatizou o setor na Zona Oeste. Mas os investimentos prometidos pelas empresas Odebrecht e Brookfield não aconteceram. É visível o sacrifício ambiental da Baía de Sepetiba pelos esgotos não tratados", descreve Sérgio Potiguara.

Segundo a prefeitura, os projetos vão revitalizar regiões abandonadas da cidade

Outrora identificado com a causa ambiental, Paes, em 2013, chegou a presidir por três anos o C-40, grupo formado por grandes cidades do mundo para combater os efeitos do aquecimento global. Nesta sua terceira passagem pelo cargo, o prefeito, que recentemente trocou o DEM pelo PSD, opta, no entanto, por se distanciar da imagem de "ecologista" e não parece muito amigo da natureza. Uma de suas primeiras medidas foi esvaziar o programa Mutirão Reflorestamento, que utiliza mão de obra dos moradores das áreas de risco e possibilitou o replantio de 10 milhões de árvores em diversos pontos da cidade. "O histórico do Paes mostra que ele é muito bom na hora de falar de política ambiental, mas na hora de executar os marcos ambientais é muito ruim", alfineta o biólogo e ativista socioambiental Pedro Aranha.

Integrante da Coalizão pelo Clima e ligado ao tema ambiental desde a Rio-92, Aranha diz não ter ilusões quanto ao desempenho ambiental do ex-presidente do C-40 nesta terceira passagem pelo Palácio da Cidade. "É mais um governo neoliberal que fala de políticas ambientais como maquiagem. Paes não traz a centralidade da questão para a política pública. Isso é muito ruim para uma cidade que em breve enfrentará diversos problemas de emergência climática."

As recentes decisões do prefeito o colocam na contramão de compromissos assumidos em suas primeiras gestões. O mais importante é a Política Municipal de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, aprovada em 2011. O compromisso assumido na ONU estabeleceu metas de redução de emissões de gases para os anos seguintes: até 8% em 2012, até 16% em 2016 e até 20% em 2020, em relação aos dados de 2005 registrados pelo Inventário de Emissões de GEE elaborado em parceria com a COPPE/UFRJ. A meta está longe de ser cumprida.

"A expectativa é quase nenhuma de que Paes vá cumprir a Política Municipal de Mudanças Climáticas", afirma Aranha. "Até hoje o Fórum de Mudanças Climáticas continua sem sair do papel, sem se reunir, e o prefeito não toma decisão nenhuma a respeito. Ele assina os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, mas na prática a questão ambiental na prefeitura é uma falácia. A gente pode ver isso pelo atual ritmo de desmatamento da Mata Atlântica." •

– Por Maurício Thuswohl

Polêmica. A ocupação comercial de prédios tombados ficou mais flexível

TÉRCIO TEIXEIRA/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP

MARCOS COIMBRA

A derrota de Bolsonaro

▶ O capitão acaba em 2022 e o bolsonarismo, antes de 2026. Na premissa, é claro, de que a vontade da maioria será respeitada

O capitão Jair Bolsonaro vai perder a eleição do ano que vem. A data está marcada: 2 de outubro, no primeiro turno, ou (mais provavelmente) dali a três domingos, no dia 23, no segundo. Com isso, acaba essa coisa bizarra, o bolsonarismo, uma parcela da opinião pública que segue, acredita e ama o capitão. Hoje é um segmento pequeno, cujo tamanho está entre 5% e 10% da população adulta – o que não significa que possa ser ignorado.

O fim do bolsonarismo não tem data certa para ocorrer, mas não deve demorar. A partir do dia que terminar o governo, começa a murchar, em um processo inexorável. Fora do poder, o capitão irá paulatinamente perdendo capacidade de manter seus seguidores e atrair novos, pois pouco lhe restará para oferecer no plano emocional e simbólico. Como também não tem (e não adquirirá até lá) ideias para convencê-los racionalmente, é possível que o bolsonarismo nem sequer chegue ao ciclo eleitoral seguinte.

Bolsonaro acaba em 2022 e o bolsonarismo antes de 2026. É o que sabemos do que pensa a população, visível, por exemplo, na recente pesquisa do Instituto Datafolha. Na premissa, é claro, de que a vontade da maioria será respeitada, ou seja, de que a democracia não será, outra vez, violentada por seus algozes de sempre.

O mais relevante da pesquisa é a constatação do fracasso do capitão e sua turma em afervorar o momento político e a eleição. Fizeram um grande e caro esforço para assanhar os ânimos de uma parcela ampla da opinião pública e não mediram recursos para atrair gente aos milhões. Como vimos, o saldo foi magro.

Mais que a questão do tamanho, a pesquisa mostrou que a longa preparação do festival bolsonarista e sua realização no 7 de Setembro não conseguiram reavivar a imagem do capitão e do governo e, por isso, foram irrelevantes para afetar as intenções de voto. Gastaram tempo (o chefe, por exemplo, ficou sem trabalhar durante semanas, dedicando-se em tempo integral aos preparativos e à mobilização) e dinheiro (público e dos ricaços bolsonaristas). A grande maioria da população permaneceu fria. No máximo, se assustou com os arruaceiros.

A turma do capitão não ignora que a eleição só vai acontecer daqui a um ano e que ainda há muita água para passar por debaixo da ponte. Por que, então, a tentativa de estimular as emoções agora, tão antes da hora? Por que não deixar a micareta do 7 de Setembro para 2022?

Eles sabem (provavelmente, porque seus professores na ultradireita mundial ensinaram) que, nas sociedades democráticas, a regra é a reeleição funcionar como um referendo do primeiro mandato. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde os anos 1940, todos os presidentes com avaliação positiva abaixo de 45% (a seis meses do pleito) perderam. Todos os que tinham números acima disso foram bem-sucedidos. Nos poucos casos no Brasil, a mesma coisa: Fernando Henrique, Lula e Dilma eram bem avaliados e ganharam. Bolsonaro é mal avaliado hoje e não há dinheiro de "Bolsa Família turbinado" que, nos próximos meses, o torne respeitado e querido pela maioria.

Mas também é verdade que, nas últimas décadas, com o fenômeno da polarização cada vez mais intensa nas sociedades modernas, tem crescido a parcela do eleitorado que não escolhe seus candidatos com base em critérios racionais, como o desempenho administrativo e a plataforma programática. Para esse tipo de eleitor chega a não fazer diferença se um governante é bom ou ruim, capaz ou incapaz. O que busca é alguém que derrote o "outro lado", o inimigo que vê nos que não pensam igual, que têm ideias e valores morais diferentes.

Para manter elevado o nível de sectarismo, o bolsonarismo insiste na mobilização, tentando reforçar os antagonismos dentro do eleitorado e aprofundar as divisões. Quem votou em Bolsonaro em 2018 é convocado a olhar apenas para o estandarte da sua "tribo", e não para a economia ou o genocídio. A intenção é fazer com que a reeleição deixe de ser um referendo e se torne reafirmação do voto anterior. Funciona para alguns, mas não para a maioria.

A derrota de Bolsonaro no ano que vem e a consequente derrocada do bolsonarismo não são o fim da ultradireita no Brasil. Alguém vai surgir, provavelmente mais qualificado, para expressar o vazio que ficará. O resto da direita não vai assistir a esse processo de braços cruzados e vai continuar a procurar algo melhor já para 2022. O problema é que não há nada na prateleira e não dá tempo para mandar fazer um nome. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

O Eu no Outro

ARTIGO A arte de ensinar a aprender, de Sócrates ao educador Paulo Freire

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Na obra *O Sofista*, Platão apresenta um diálogo entre Sócrates, o Estrangeiro e Teeteto. Na conversa, sobressai a importância do diálogo para o reconhecimento do *Eu no Outro*, e da precariedade dos saberes que pretendem contrapor, como excludentes, "o que é e o que não é". Diz a filósofa da Educação Fiona Leigh que, aconselhados por Sócrates, o Estrangeiro e Teeteto embarcam em longa "digressão" sobre a teoria de ser e não ser, acolhendo e despachando teorias metafísicas anteriores:

Estrangeiro – Com respeito à arte do ensino, diremos que só há um gênero, ou que há pelo menos dois, e ambos de grande importância? Pensa no caso.

Teeteto – Já pensei.

Estrangeiro – A meu ver, desse modo resolveremos mais facilmente a questão.

Teeteto – Como será?

Estrangeiro – Examinando a ignorância, para ver se pode ser dividida ao meio. Sendo dupla, é evidente que o ensino deverá também constar de duas partes, uma para cada divisão da ignorância.

Teeteto – E com isso, já se te revelou o que procuramos?

Estrangeiro – Acho que consegui isolar uma espécie grande e por demais nociva de ignorância, que sozinha vale por todas as outras reunidas.

Teeteto – Qual é?

Estrangeiro – Quando se imagina conhecer o que não se conhece. Talvez seja essa a origem dos erros a que está sujeito o intelecto.

Teeteto – É verdade.

Estrangeiro – Essa espécie de ignorância, quero crer, é a única que recebeu o nome de tolice.

Teeteto – Perfeitamente.

Estrangeiro – E como designaremos a parte do ensino que nos livra de tal inconveniente?

Teeteto – Eu, de mim, Estrangeiro, acho que a parte restante tem o nome de ensino profissional; a outra, pelo menos entre nós, é denominada educação.

Teeteto – E que qualificativo lhes daremos?

Estrangeiro – Um deles é o método vetusto e venerável que os nossos pais geralmente seguiam na educação dos filhos, e que ainda hoje muitos adotam quando os veem cometer alguma falta, misto moderado de reprimenda e advertência, e que no todo poderia ser chamado exortação. O que se dá, meu caro menino, é que esses purificadores pensam exatamente como os médicos do corpo, os quais acreditam que o corpo não tira benefício algum dos alimentos sem primeiro remover alguém o que o perturba. O mesmo pensam aqueles a respeito da alma, que não pode colher vantagem dos ensinamentos ministrados, enquanto não for submetida a crítica rigorosa e a refutação não a fizer enrubescer de vergonha, com livrá-la das falsas opiniões que servem de obstáculo ao conhecimento e, assim purificada, levá-la à convicção de que só sabe o que realmente sabe, nada mais do que isso.

Teeteto – Sem dúvida; essa é a melhor e mais sábia disposição.

Estrangeiro – Por isso mesmo, Teeteto, devemos dizer que a refutação é a maior e mais eficiente purificação, sendo forçoso concluir que o indivíduo que se eximir a esse processo, ainda mesmo que se trate do grande Rei, é impuro no mais alto grau, ignorante e deformado naquilo em que deveria se mostrar mais extreme e mais belo, caso queira alcançar a verdadeira felicidade.

Teeteto – Perfeitamente.

> "Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina?", indagava Freire

O diálogo entre o Estrangeiro e Teeteto apresenta os caminhos do conhecimento construído sobre os alicerces da maiêutica, a arte de ensinar a aprender no exercício dialógico da crítica. Por isso mesmo nos ensina Paulo Freire, no livro *Pedagogia da Autonomia*:

Pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas

MÁRCIO NOVAES/ITAÚCULTURAL

também, como há mais de 30 anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes.

(...) Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?

(...) Não há para mim, na diferença e na "distância" entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se criticiza.

Terminemos, então, com o capítulo "Razão contra sandice" de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, célebre obra de Machado de Assis.

Já o leitor compreendeu que era a Razão que voltava à casa, e convidava a Sandice a sair, clamando, e com melhor jus, as palavras de Tartufo:

La maison est à moi, c'est à vous d'en sortir (A casa é minha, cabe a você sair).

Mas é sestro antigo da Sandice criar amor às casas alheias, de modo que, apenas senhora de uma, dificilmente lha farão despejar. É sestro; não se tira daí; há muito que lhe calejou a vergonha. Agora, se advertirmos no imenso número de casas que ocupa, umas de vez, outras durante as suas estações calmosas, concluiremos que esta amável peregrina é o terror dos proprietários. No nosso caso, houve quase um distúrbio à porta do meu cérebro, porque a adventícia não queria entregar a casa, e a dona não cedia da intenção de tomar o que era seu. Afinal, já a Sandice se contentava com um cantinho no sótão.

– Não, senhora – replicou a Razão –, estou cansada de lhe ceder sótãos, cansada e experimentada, o que você quer é passar mansamente do sótão à sala de jantar, daí à de visitas e ao resto.

– Está bem, deixe-me ficar algum tempo mais, estou na pista de um mistério...

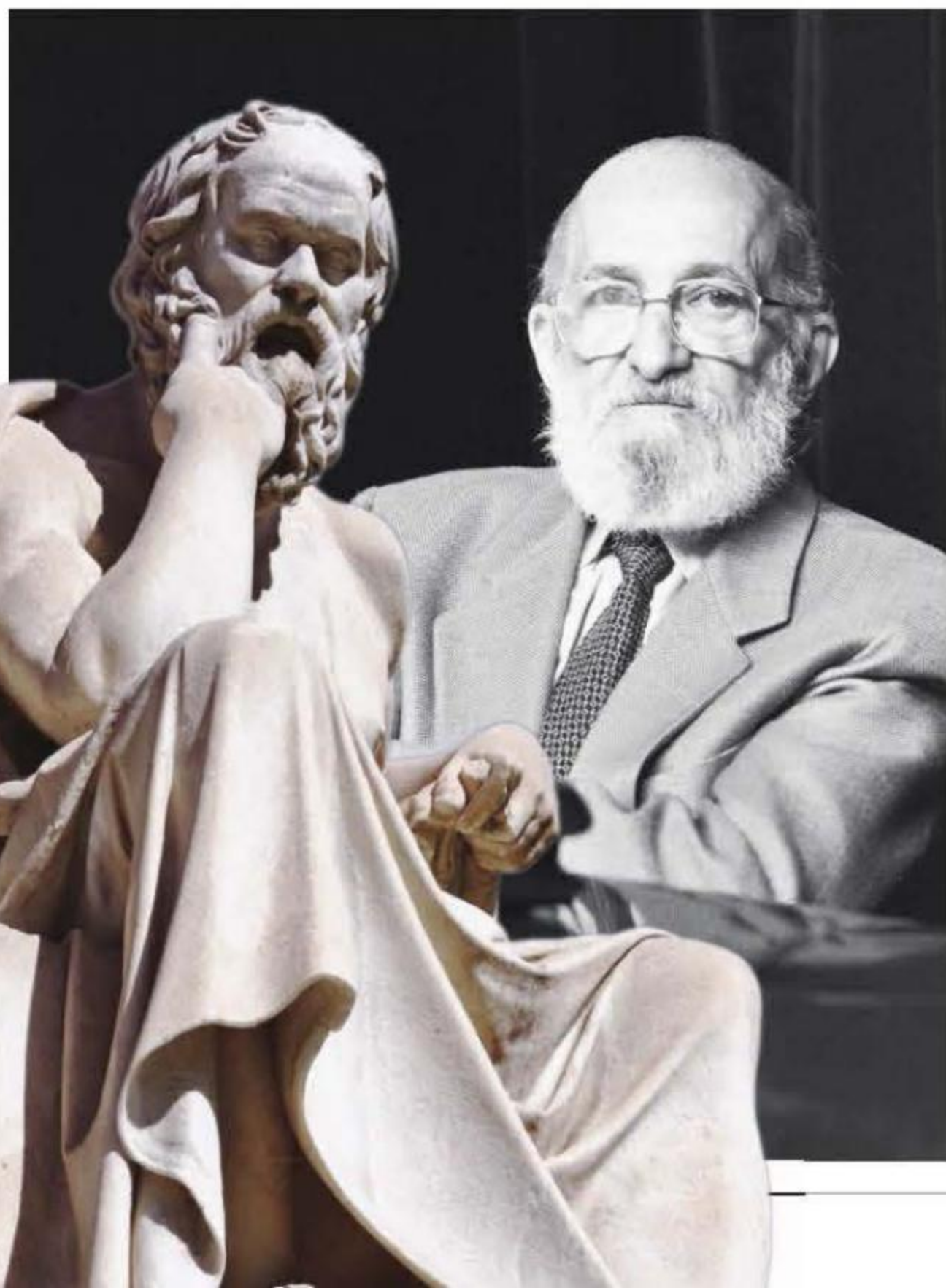
– Que mistério?

– De dous – emendou a Sandice –; o da vida e o da morte; peço-lhe só uns dez minutos.

A Razão pôs-se a rir.

– Hás de ser sempre a mesma cousa... sempre a mesma cousa... sempre a mesma cousa...

E, dizendo isto, travou-lhe dos pulsos e arrastou-a para fora; depois entrou e fechou-se. A Sandice ainda gemeu algumas súplicas, grunhiu algumas zangas; mas desenganou-se depressa, deitou a língua de fora, em ar de surriada, e foi andando... •

Alicerce. A pedagogia freiriana se assenta na maiêutica socrática, no exercício dialógico da crítica

A solução vem do céu

ELETRICIDADE Diante da crise hídrica, a geração de energia solar cresce 139% no ano e aquece vendas de equipamentos

POR WILLIAM SALASAR

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
Capital S/A. O aumento do IOF eleva custo do crédito e atrapalha a retomada

Do próprio consumidor. A energia captada no telhado das residências, das indústrias, do comércio e das fazendas corresponde a 63% da potência instalada

A procura pela geração de energia solar vai de vento em popa com a crise hídrica e os aumentos das contas de luz. A geração distribuída (GD), aquela captada no telhado das residências, do comércio, das indústrias e propriedades rurais, cresceu 139% de janeiro a agosto, para 6.615 megawatts de potência instalada, quase igualando o crescimento de 2020, de 220%. O interesse pela geração bancada pelo próprio consumidor, inclusive, inverteu a relação entre a GD e a geração centralizada dos grandes empreendimentos, como os parques e as "fazendas" solares, que geram a energia contratada nos leilões de distribuição de energia.

Em 2019, a GD representava 49% da potência instalada (2.12475 MW), ante 54% da GC (2.475 MW). Hoje, a relação é 63% de geração distribuída, para 37% da centralizada (*ver gráfico*), segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, compilados pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, a Absolar.

"A perspectiva é de que a GD dobre de tamanho em relação a 2020, sem dúvida por causa da alta nas contas de luz e a conscientização crescente do consumidor da importância da geração limpa de energia para o meio ambiente", assegura Bárbara Rubem, vice-presidente da entidade.

Fornecedores de equipamentos para geração de energia solar ouvidos por *CartaCapital* confirmam a tendência. "Nos últimos meses, a procura, tanto de empresas como de residências, cresceu de 40% a 60%", diz Carlos Lopes, diretor de Vendas e Marketing da EcoSoli, uma pequena empresa de cinco empregados de Vinhedo, interior de São Paulo, que comercializa desde *kits* de painéis solares e postes de iluminação de jardins até mochilas com minipainéis que captam energia solar para carregar computadores, câmeras e celulares. A Win, do Rio de Janeiro, pertencente ao Grupo All Nations, uma distribuidora de produtos tecnológicos com mais de 26 anos no mercado e faturamento de 1 bilhão de reais por ano, viu seu volume de vendas no primeiro semestre crescer 347% sobre o mesmo período do exercício anterior. Quando comparado com os oito meses iniciais de 2020, o crescimento de janeiro a agosto deste ano foi da ordem de 448%. A diretora Camila Nascimento detalha que mais de 70% das vendas são para residências e, depois, o pequeno comércio, cuja despesa com energia é o segundo maior custo, atrás da folha de pagamento.

A fotografia é a mesma no Banco Santander, líder no financiamento de energia sustentável desde 2017: a demanda de pessoas físicas de janeiro a julho deste ano foi quatro vezes maior que a do ano passado, contribuindo para os mais de 3 bilhões de reais de crédito concedido no período e que representam aumento de mais de 80% sobre o mesmo período do ano passado. "A busca por energia sustentável se dá pela maior divulgação no mercado dos benefícios dessa nova forma de geração, pela democratização do crédito e barateamento dos equipamentos. Contudo, em 2021, de forma mais intensa que nos outros anos, o aumento recorrente da energia vem sendo um grande incentivo para os que querem reduzir esse custo no longo prazo, além de, em muitos casos, o financiamento estar mais barato que a conta de luz mensal", sustenta Marcio Giovannini, superintendente-executivo da área de Bens e Serviços do conglomerado.

O Santander, como outros bancos, articula projetos de geração de energia com o financiamento levando em conta a redução de até 95% da conta de luz propiciada pelo próprio projeto, geralmente em parceria com os instaladores, a taxas de 0,74% ao mês – quase a metade de um financiamento de automóvel que custa, em média, 1,72% de juros ao mês. "Os bancos aceleram a transição para a energia sustentável, que seria muito mais dispendiosa com capital próprio", lembra Giovannini.

Estudo da consultoria Greener, especializada em geração distribuída, mostra que, no primeiro semestre do ano, o financiamento bancário esteve presente em 54% das vendas de sistemas fotovoltaicos no País. O mesmo levantamento verificou que o volume de módulos fotovoltaicos atingiu 4,88 gigawatts (GW) no primeiro semestre de 2021, superando o volume de todo o ano de 2020. Dentre os consumidores comerciais, o varejo, com destaque para supermercados, é o setor que mais instala sistemas fotovoltaicos representando 38%, sendo que empresas de micro e pequeno porte lideram o uso de sistemas fotovoltaicos, com mais de 74% das instalações comerciais direcionadas para essa categoria.

Além da claríssima contribuição dos aumentos das contas de luz – sem elevação do consumo – por causa da crise hídrica, a queda firme dos preços dos equipamentos é outro indutor do interesse cada vez maior dos brasileiros pela energia solar. Segundo a Greener, um sistema de 4kWp

> Atualemente, o setor é responsável pela atração de mais de 32 bilhões de reais em investimentos ao País

ERICK SALLES/WORLD BANK PHOTO COLLECTION

(quilowatt-pico, uma medida de potência dos painéis solares) que, em junho de 2016, custava ao consumidor final 35.080 reais, em junho deste ano era vendido a 19.520 reais – queda de 44% em cinco anos.

Bárbara Rubem, a vice-presidente da Absolar, lista outra vantagem da energia solar: sua modularidade. "É possível instalar um sistema em um simples telhado em 48 horas, por exemplo, ou em um grande parque solar, que vai levar 18 meses para ser montado", afirma. Além disso, acrescenta, o "Brasil, em geral, tem um recurso solar muito bom, então é possível ter sistemas instalados, descentralizados, de Norte a Sul do País, que contribuam para o desenvolvimento de todas as regiões". Ela ressalta ainda que a energia gerada próxima de onde será consumida, como é o caso da geração distribuída, traz benefícios para o setor e o sistema elétrico que vão além da geração. Por exemplo, redução das perdas elétricas no transporte da energia, que compõem um expressivo item de custo do bem, chegando a representar 12% de toda a eletricidade gerada no País.

Bárbara também aponta estudos do Operador Nacional do Sistema (ONS) mostrando que o pico de consumo no País ocorre das 11 às 15 horas – justamente o horário mais pesado da geração fotovoltaica. Logo, a geração distribuída ajuda a aliviar o sistema nos períodos de pico e, com isso, também reduz a necessidade de investimentos na manutenção e renovação das redes de distribuição. Ela destaca, também, que os preços equivalem a 10% dos custos das termelétricas que queimam combustíveis fósseis e que têm sido acionadas pelo governo nesse período emergencial.

Com todos esses atributos, a energia solar é responsável pela atração de mais de

Expansão. Apesar do recente avanço, apenas 0,8% dos 87,5 milhões de consumidores usam energia solar

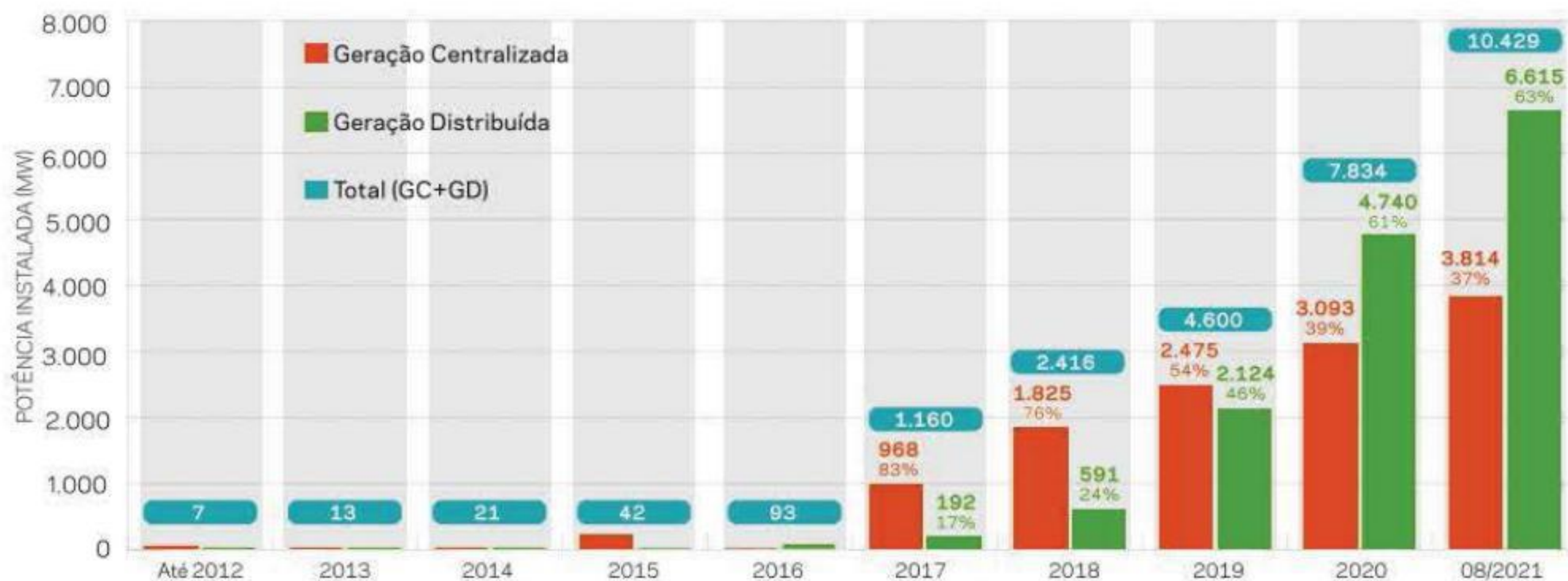
ABSOLAR E P. WISHWANATHAN/IWMI

“As vendas no primeiro semestre cresceram 347%”, celebra Camila Nascimento, da Win Energias Renováveis

32 bilhões de reais em novos investimentos ao País, agregando mais de 189 mil empregos acumulados no período, espalhados em 5.083 municípios de todos os estados brasileiros. Entre os cinco municípios líderes estão Cuiabá (MT), Brasília (DF), Teresina (PI), Uberlândia (MG) e Rio de Janeiro (RJ), respectivamente. Em número de unidades consumidoras que utilizam a geração própria de energia solar, os clientes residenciais estão no topo da lista, representando 75,5% do total. Em seguida, aparecem consumidores dos setores de comércio e serviços (14,8%), produtores rurais (7,2%), indústrias (2,1%), Poder Público (0,4%), serviços públicos (0,02%) e iluminação pública (0,01%).

São, porém, apenas 700 mil residências, comércios, indústrias e propriedades rurais, ou apenas 0,8% dentre mais de 87,5 milhões de consumidores de eletricidade no País. Ou seja, um mercado praticamente inexplorado que poderia se desenvolver de forma ainda mais acelerada se houvesse estímulo dos governos municipais, estaduais e federal, lembra Bárbara, citando Minas Gerais como exemplo. “É o estado campeão, porque foi o primeiro a ter uma política pública de incentivo para geração própria, desde 2013”, afirma. É uma compensação tributária, que permite ao consumidor abater o crédito da energia gerada por ele do que foi consumido da distribuidora. “Isso estimulou muito o mercado.”

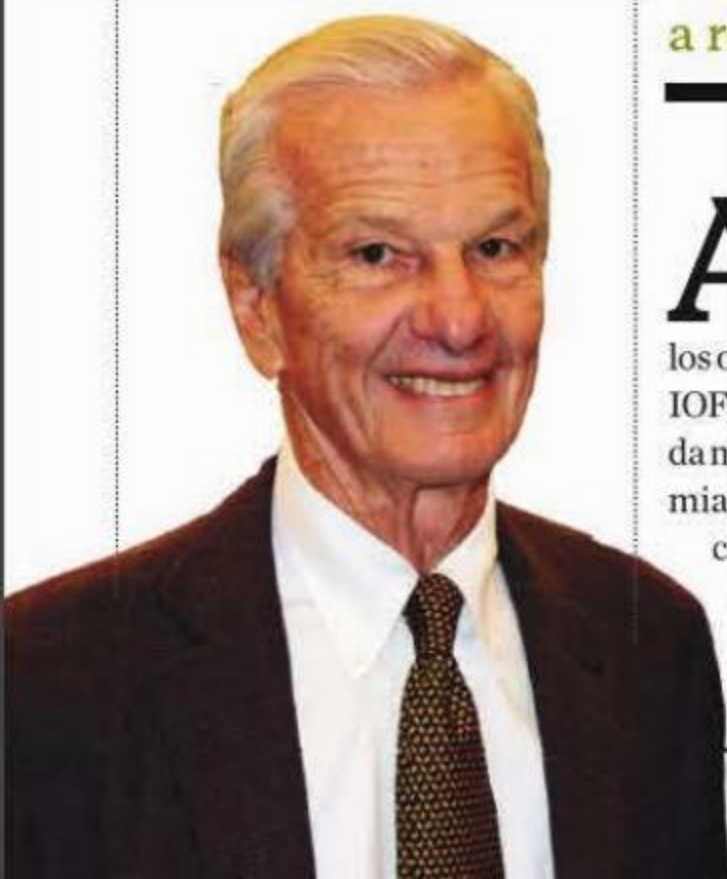
Nesse sentido, o novo marco regulatório votado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado (Projeto de Lei nº 5.829/2019), que altera a forma como o crédito de energia é valorado, foi bem recebido pela Absolar e outras entidades do setor, pela segurança jurídica que oferece aos consumidores. E não só aqueles que possuem sistema instalado, para os quais as regras atuais serão mantidas até o fim de 2045, como também para os novos pedidos feitos em até 12 meses da publicação da lei, trazendo estabilidade ao mercado. Hoje, consumidores que produzem a própria energia e injetam o excedente na rede de distribuição local (geração distribuída) não pagam pelo uso da rede nem encargos. Em compensação, quando geram mais energia própria do que consomem da rede instalada, que utiliza essa energia excedente, eles têm direito a créditos para serem usados nos meses seguintes. A expectativa é de que, até o fim do ano, o projeto seja aprovado e, com isso, atraia ainda mais investimentos nos sistemas de energia solar. •

EVOLUÇÃO DA FONTE SOLAR FOTOVOLTAICA NO BRASIL
Fração em %

Fonte: Aneel/Absolar, 2021

Crédito mais caro

REDES SOCIAIS, CATIANA MEDEIROS/MST-RS, WILLIAM MALONEY/ INSTITUTO LEMANN E EDUARDO TORRES/AGÊNCIA CAIXA

“ACHO QUE ESTAMOS PERFORMANDO MAL NO BRASIL EM GERAL. PRECISAMOS DE DIÁLOGO E DE SOLUÇÕES PRAGMÁTICAS”

JORGE PAULO LEMANN, empresário, segundo homem mais rico do Brasil

▶ O aumento do IOF atrapalha a recuperação da economia

A elevação em 36% das alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, conhecida pela sigla IOF, vai encarecer o crédito e “atrapalhar ainda mais qualquer tipo de recuperação da economia”, salienta Miguel de Oliveira, economista chefe da Associação Nacional de Executivos. O aumento do tributo até o fim do ano se soma à elevação da taxa Selic, que visa conter a inflação, mas também encarece o custo do crédito. Assim, ambos fatores atuam no sentido de elevar despesas para famílias e empresas, o que desestimula o consumo e, por consequência, a disposição das empresas em investir no aumento da produção, explica Oliveira. Para seu colega da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento (Acrefi), Nicola Tingas, “é mais um ônus, quando, com o atual cenário econômico, e com uma carga tributária já elevada, o certo era fazer corte de despesas”. O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, alerta que a injeção de mais de 2 bilhões de reais na arrecadação até dezembro ajuda no financiamento do programa Bolsa Família neste final de ano, mas não resolve a questão sobre qual será a fonte em 2022.

A HERING SE DESPEDE DA BOLSA

Uma das ações mais emblemáticas do mercado brasileiro, a Hering, deixou de ser negociada na B3 desde segunda-feira 20, 57 anos após estrear na Bolsa, em 1964. Agora, detentores de ações da marca dos dois peixinhos passam a ser acionistas do Grupo Soma, que comprou a companhia fundada em 1880 pelos imigrantes alemães Hermann e Bruno Hering. Enfrentando dificuldades há vários anos, a Hering aceitou acordo de incorporação em abril. Avaliado em 5,1 bilhões de reais, o acordo criou o quinto maior grupo de moda do Brasil, com faturamento anual de 3,3 bilhões de reais, segundo estimativas do BTG Pactual.

O MST bomba no mercado de capitais

A inédita captação de 17,5 milhões de reais no mercado de capitais feita por sete cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST, recebeu propostas de 4.794 investidores, superando em três vezes o número de pessoas que concluíram o investimento (1.518). A operação, que chegou a ser suspensa pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), alegando faltar a informação, no prospecto, da ligação com o MST, consistiu na emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), com remuneração de 5,5% a.a. Os recursos serão investidos na modernização da produção de mais de 13 mil agricultores.

Trilhos reforçados

A Rumo, maior operadora ferroviária do país, assinou contrato com o estado de Mato Grosso para a construção, operação, exploração e conservação de uma ferrovia. Com 730 quilômetros, a Ferrovia Autorizada de Transporte Olacyr de Moraes será uma extensão do atual corredor operado que liga o Porto de Santos (SP) até Rondonópolis (MT). Estão ainda pendentes as licenças ambientais do projeto, estimadas para sair no prazo de até seis meses. A obra deve começar na virada de 2022 para 2023 e a conclusão é projetada para 2030. O investimento estimado é de 9 a 11 bilhões de reais.

Céu de brigadeiro

A Embraer anunciou em nota ter fechado contrato de serviços de longa duração com a Alliance Airlines para dar suporte à frota de 32 jatos E190 adquiridos pela empresa australiana. O contrato cobre mais de 300 componentes reparáveis e inclui tanto materiais quanto serviços de administração técnica, com apoio das instalações da Embraer na Ásia-Pacífico, em Cingapura. A Alliance incorporou 12 jatos da Embraer, que vai entregar os 12 restantes nos próximos 12 meses. "O Programa de Serviços aumentará o desempenho de nossa frota e fortalecerá nossos negócios à medida que crescemos", disse Lee Schofield, CEO da Alliance Airlines.

NÚMEROS

1

bilhão de dólares em financiamentos para projetos de energia limpa foram captados por Bill Gates, com a ajuda dos CEOs da BlackRock e da Microsoft

208

mil novas vagas na construção civil foram criadas entre janeiro e julho, o melhor resultado desde 2012, segundo o Ministério da Economia

7,5

bilhões de reais é a expectativa do estado do Rio com novo leilão de saneamento, ainda neste ano

Sob velha direção

ARGENTINA A vice-presidenta impõe mudanças no governo e coloca profissionais do peronismo para conter a crise

POR SERGIO LIRIO

Um novo governo peronista nasceu do amargo alerta das prévias de 12 de setembro e tem mais a cara de Cristina Kirchner e menos a de Alberto Fernández. O "ensaio" das eleições legislativas de novembro caiu como um torpedo no colo governista. Os argentinos anteciparam nas urnas uma ampla vitória da oposição, que conquistaria 18 das 24 províncias, com uma margem de 9 pontos porcentuais de vantagem no cálculo geral dos votos. Cataclismo, vexame, surpresa foram algumas das palavras repetidas ao longo da semana, durante a catarse peronista e a inclemente busca por culpados. "Alguma coisa fizemos de errado", balbuciou um catatônico Fernández, submetido a uma vexatória reprimenda pública da mentora e vice-presidenta. Em carta aberta, Kirchner chamou às falas o colega, escolhido por ela para encabeçar a chapa presidencial, e exigiu mudanças. "Agora, no dia seguinte à tal catástrofe política, você não deu ouvidos a alguns funcionários e parecia que nada havia acontecido neste país, fingindo normalidade e, acima de tudo, aparafusando-se às poltronas", escreveu. "Pensa seriamente não ser necessário, depois de tal derrota, apresentar publicamente as demissões e dar a conhecer a atitude dos servidores para facilitar a reorganização de seu governo?"

Não restou alternativa a Fernández, obrigado a administrar uma tensa relação com Kirchner, que controla o partido. Na terça-feira 21, o governo anunciou uma intempestiva flexibilização das regras sanitárias, apesar de a redução no número de mortos e infectados não ser suficiente para justificar a decisão. O uso de máscaras em locais públicos deixará de ser obrigatório e as fronteiras serão reabertas aos estrangeiros, inclusive aos brasileiros, vetores de transmissão do Coronavírus. "Talvez estejamos a transitar a última fase da pandemia", declarou Juan Manzur, novo chefe de Gabinete, ao lado da obediente ministra da Saúde, Carla Vizotti. A oposição chamou as medidas de golpe eleitoral. "Hoje foi anunciado o fim da pandemia. Eles tiveram de perder a eleição para perceber isso", ironizou Mario Negri, presidente da UCR.

Manzur é o principal preposto de Kirchner na composição renovada do governo e ganhou o posto por conta de sua popularidade em Tucumán, uma das poucas províncias que o peronismo manteria sob controle, caso as eleições fossem

Os eleitores demonstraram o tamanho do descontentamento

CHARLY AZCUE/SENADO ARGENTINO E ALEJANDRO PAGNI/AFP

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 50

The Observer. O Taleban fica só nas palavras e limita a participação das mulheres

Na Argentina, será um governo de Cristina na pele de Alberto

O governo tem cinco semanas para reverter o desastre eleitoral das prévias

hoje. Para acomodá-lo, Fernández realocou um de seus mais próximos amigos, Santiago Cafiero. Como prêmio de consolação, Cafiero assumirá as Relações Exteriores no lugar de Felipe Solá. Outro aliado do presidente a deixar a Casa Rosada foi o porta-voz Juan Pablo Biondi. A substituição de cinco ministros serviu para abrir as portas do poder a figuras tradicionais do peronismo influentes nos mandatos de Néstor e Cristina Kirchner, entre eles Aníbal Fernández, "ministro de várias coisas" durante as gestões do casal, que assume a Segurança, e Jaime Perczyk, nomeado para a Educação. "Peço a cada um e a todos que usem todas as suas forças. A solução é que estejamos mais unidos do que nunca para enfrentar o que é necessário. Não vão me ver preso em disputas desnecessárias, disputas internas", discursou o presidente, em uma tentativa de encerrar as divergências.

O peronismo tem agora dois meses para tentar evitar o pior. Uma derrota acachapante em novembro e a consequente perda do controle do Senado, essencial para aprovar qualquer medida relevante, inviabilizaria a segunda metade do governo Fernández. Depois da flexibilização sanitária, o próximo passo será o anúncio de um pacote de medidas econômicas que visa minimizar a pobreza, na qual vive 42% da população, facilitar o acesso ao crédito, reajustar em 35% o salário mínimo e reativar o consumo. A pandemia manteve a Argentina no fundo do poço, com três anos seguidos de recessão e uma inflação persistente, que passou dos 30% entre janeiro e agosto, acima da previsão oficial. No segundo trimestre, o PIB cresceu 10%, há claros sinais de recuperação da indústria e dos serviços, mas a retomada ainda não tem sido suficiente para gerar empregos e atenuar a miséria. É pouco provável que os argentinos sintam os efeitos das medidas em tão pouco tempo. O governo mira, no entanto, na mudança no humor dos eleitores.

Os governistas divergem sobre o que "fizeram de errado", segundo a óbvia constatação de Fernández. Na carta aberta, Kirchner disse ter avisado inúmeras vezes ao presidente sobre os erros do ajuste fiscal. As críticas da senadora à gestão econômica não foram, porém, suficientes para derrubar o ministro das Finanças, Martín Guzmán, às voltas com o pagamento da dívida de 44 bilhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional contraídas durante o desastroso mandato de Mauricio Macri. Fernández seguiu, de forma geral, o manual de boas práticas sanitárias e a cartilha keynesiana. Adotou duras restrições à circulação e tentou compensar os efeitos econômicos do *lockdown* com crédito e programas sociais. A firmeza evitou que a Argentina repetisse o monumental desastre do Brasil de Bolsonaro e seus quase 600 mil mortos, mas não a ponto de colocar o país entre os bons exemplos mundiais. Foram 115 mil óbitos até o momento, um dos maiores da América Latina. O governo também aprovou um imposto sobre grandes fortunas para financiar o combate à pandemia, congelou as tarifas de energia, gás e telefonia, estabeleceu o controle cambial em uma economia miseravelmente dolarizada e interveio no mercado de *commodities*, na esperança de conter a disparada de preços dos alimentos. Muitos argentinos se perguntam se a fórmula funcionou, ante uma queda de 11% da atividade econômica, equivalente ao desempenho do Peru e só abaixo da combalida Venezuela. Pelo resultado das prévias, maioria substancial acha que não.

Um novo pacote econômico vai alterar o humor dos eleitores?

Pesaram ainda dois escândalos de fundo moral. Organizada no Ministério da Saúde, a "vacinação vip" promoveu um fura-fila que beneficiou políticos e amigos do poder, em detrimento de idosos e profissionais de saúde. O esquema levou milhares de argentinos às ruas em fevereiro, desgastou a popularidade do presidente e resultou na demissão do ministro Gines González García, até então elogiado pela boa gestão da pandemia. Sem ter aprendido nada com o episódio, Fernández abriu novamente o flanco ao permitir que a esposa, Fabíola Yañez, desse uma festa de aniversário na residência oficial de Olivos, sem que os convidados respeitassem as regras de distanciamento social, limites de lotação em lugares fechados e uso de máscaras. Depois de tentar encobrir o festejo, o peronista viu-se obrigado a admiti-lo e a pedir desculpas. "Enquanto você festejava, meu filho morria com apenas 42 anos", escreveu um eleitor anônimo no envelope reservado ao voto em 12 de setembro.

Assoberbado pela crise interna, Fernández preferiu discursar remotamente na Assembleia-Geral da ONU. O presidente argentino, em busca de reafirmar sua imagem na Argentina e no exterior, defendeu a quebra da patente das vacinas, investimentos em energia renovável e a renegociação dos débitos dos países emergentes. "Fomos submetidos a uma dívida tóxica", afirmou em causa própria. "O princípio da sustentabilidade deve ser debatido. Apoiamos a ideia de um acordo multilateral para tratar da reestruturação das dívidas soberanas." Terá convencido os compatriotas?

A guinada do governo é uma aposta de alto risco. A desconfiança de que Kirchner seria a presidente de fato tornou-se uma certeza, enquanto Fernández parece fadado a um papel decorativo ao estilo de Michel Temer – por sorte, sem a índole golpista do emedebista. Os profissionais do peronismo têm cinco semanas para evitar o desastre e, ao menos, garantir o controle do Senado. O ambiente é inóspito. O descontentamento dos argentinos é tamanho que os eleitores estão dispostos até a reabilitar o Juntos por El Cambio, frente liderada por Macri, principal responsável pela crise que afunda o país na pobreza e na desilusão. •

Após três anos de recessão, 42% dos argentinos vivem na pobreza

JUAN MAMBROMATA/AFP

JOSÉ SÓCRATES

Muda o palco da Guerra Fria

▶ O eixo da disputa entre EUA e China desloca-se para a região do Indo-Pacífico

O surpreendente pacto defensivo entre Estados Unidos, Reino Unido e Austrália é uma decisão geoestratégica de sérias consequências. Desde logo é anunciado contendo em si próprio uma primeira medida, a de fornecer tecnologia nuclear à Austrália. Tecnologia de propulsão, não de armamento, é certo, mas a palavra nuclear não deixa dúvidas da intenção. É um acordo de *hard power,* que tem a ver com poder, não com influência. Tem um alvo, a China, e uma vítima imediata, a Europa.

É, talvez, demasiado cedo para prever todas as consequências e demasiado significativo para não notar as implicações que se vão ouvir longe. Seja como for, parece não haver dúvidas de que ele representa uma mudança do teatro de confrontação da Guerra Fria – deixa a Europa e muda-se para o Indo-Pacífico. Desloca-se do Ocidente para o Oriente. Segue o rastro da mudança ocorrido na riqueza mundial.

A mudança não é nova, aconteceu antes num sentido e no outro, mas nova é a rapidez com que aconteceu. Nesse sentido, esse pacto vem dar expressão geopolítica àquilo que há muito era evidente, a China ganhou a batalha da globalização. E o que é impressionante nessa vitória econômica não é só ter sido tão rápida, mas ter sido conseguida com as regras do Ocidente, com as instituições do Ocidente e com liderança ocidental. No fundo, esse pacto dá visibilidade ao que existe – uma nova ordem econômica à procura de uma nova ordem política. O pacto é defensivo também no sentido de não esconder a fragilidade: não inicia a ação, reage à situação.

Um dia depois do anúncio, a China entregou sua candidatura ao Comprehensive and Progressive Agreement for Transpacific Partnership (CPTPP), um dos maiores pactos comerciais da zona do Oceano Pacífico, que conta com 11 países, incluindo Japão, Austrália, México, Canadá, Chile e Peru, entre outros. A China pertence ao Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), tratado de livre-comércio que conta com os dez Estados da Associação de Nações do Sudeste Asiático e com outros cinco parceiros, entre os quais Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul. Em nenhum desses pactos econômicos figuram os Estados Unidos, o que ilustra suficientemente as diferenças estratégicas. A China pode afirmar com credibilidade que sua aposta é na cooperação econômica regional, os EUA parecem preocupados em manter a hegemonia militar na região.

Quando a China reage acusando os EUA de promover uma mentalidade de Guerra Fria, é essa diferença que quer acentuar. Como observou Nicholas Spykman, um dos pensadores norte-americanos da "estratégia de contenção", "os Estados só estão interessados num equilíbrio de poder em seu favor". Por outro lado, a vontade chinesa de integrar os dois maiores pactos comerciais da região, enquanto os Estados Unidos estão fora, também nos diz que não há concordância regional quanto à questão da hegemonia chinesa. Se tantos países têm acordos econômicos com a China é porque existem vários níveis de divergência sobre qual é exatamente o risco regional que a China coloca. Seja como for, a competição está lançada e a retórica inicial andará à volta desses dois pontos: cooperação econômica *versus* poder militar, *hard power versus soft power.*

Esse acordo é celebrado como a primeira vitória de Boris Johnson e dos ingleses, que escolheram sair, e uma derrota da União Europeia, que gostaria de os manter. A escolha inglesa foi sempre entre a Europa e o *grand large* e este acordo parece dar expressão a essa nova ambição global inglesa. Acresce que a brutalidade do anúncio, sem consulta e sem informação prévia, deixa a União Europeia na desconfortável situação de se sentir num segundo plano das alianças norte-americanas, quando se fala de poder militar. A questão política não tem apenas a ver com a dimensão comercial do contrato feito entre a França e a Austrália. Vai muito mais além. Agora que as cartas foram jogadas, não me parece haver dúvidas de que as mãos da Europa estarão mais livres para construir a sua política externa. Pensando bem, é muito natural que considere a região do Indo-Pacífico demasiado longe para se preocupar e a China demasiado grande para enfrentar.

Vejo por aí escrito que o acordo ensinou à França duras verdades, a primeira delas a de que não há sentimentos quando se trata de questões geoestratégicas. Não estou de acordo. A diplomacia deve levar em conta o orgulho nacional e não se deve esquecer que a França é uma potência nuclear e integrante permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A diplomacia francesa não é temperamental e não reage afirmando que se tratou de "uma facada nas costas" sem pensar duas vezes. Espero que os EUA e aliados tenham calculado bem esse passo, mas não estou seguro. A impressão de querer apagar imediatamente a imagem de caos na retirada de Cabul é muito forte. Humilhar um aliado nunca foi boa política. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Apartheid de gênero

TheObserver Sob o domínio do Taleban, as mulheres serão confinadas a áreas restritas da vida política, econômica e social

POR EMMA GRAHAM-HARRISON, DE KANDAHAR

Em dois meses, Parwana calcula que cruzou a soleira de sua porta quatro vezes, no máximo. Ela costumava sair de manhã cedo para o trabalho, que sustentava toda a sua família, e à noite fazia um curso de graduação. Depois que o Taleban tomou Kandahar, seu gerente lhe disse para não ir trabalhar e a universidade ainda não decidiu como vai organizar as classes divididas por gênero que eles exigem. Muitos moradores apreciaram a calma que se instalou na cidade depois que a guerra terminou repentinamente. Mas para Parwana, jovem solteira, as ruas patrulhadas pelos soldados talebans estão cheias de perigo. "Agora tenho medo de sair. Antes não tinha. Pensei que eu fosse alguém, que pudesse fazer algo pela minha família e ajudar os outros. Agora não posso nem me sustentar", afirmou. "As mulheres sentem que tudo acabou para elas."

A liderança taleban, ávida por reconhecimento e apoio internacional, tem cortejado o mundo há anos com promessas de que o grupo mudou fundamentalmente de posição sobre os direitos das mulheres. Quando seus combatentes tomaram Cabul, o porta-voz Zabihullah Mujiahid prometeu, dias depois, que as mulheres teriam direito à educação e ao trabalho, em um esquema islâmico que o grupo ainda não definiu. Semanas se passaram sem mais esclarecimentos e as evidências em campo no Afeganistão sugerem que eles pretendem criar uma espécie de *apartheid* de gênero. As mulheres poderão gozar de alguns direitos, mas deverão estudar e trabalhar em uma esfera totalmente separada dos homens que governam o país, a economia e os principais setores, de modo que suas vidas ficarão gravemente restritas.

Niamatullah Hassan, o novo prefeito taleban de Kandahar, disse que tem duas mulheres trabalhando em seu governo, numa equipe de 1,2 mil integrantes. Ele permitirá mais funcionárias mulheres, desde que elas fiquem isoladas dos homens e o governo central aprove a medida. "Estou disposto a aumentar o núme-

A separação vai limitar o acesso feminino à educação e aos empregos

Para inglês ver. O Taleban promete incluir as mulheres, em troca do apoio internacional, mas os relatos de opressão só aumentam

SHAH MARAI/AFP E AAMIR QURESHI/AFP

ro de trabalhadoras, estamos planejando preparar um local de trabalho separado para elas, um ambiente seguro", declarou.

As trabalhadoras em educação e saúde continuam em seus cargos, na maioria, mas algumas em Kandahar receberam ordem para usar burcas. Todas as outras foram instruídas a ficar em casa indefinidamente, por motivos de "segurança". *The Observer* pressionou autoridades de todo o país, em entrevistas, sobre uma data em que as mulheres poderão voltar a trabalhar. A maioria evita a pergunta ou dá uma vaga promessa: "Logo". As mulheres afegãs estão céticas. Nos anos 1990, o grupo deu a mesma desculpa para proibi-las de trabalhar durante os cinco anos em que deteve o poder.

Na educação também há muitas promessas da liderança, mas a experiência das mulheres é de restrições. Embora algumas universidades privadas tenham reaberto, com os estudantes rigidamente separados por gênero, a escassez de professoras, ou de estudantes mulheres, fechará muitas disciplinas para elas. Em Kandahar, Zainab é uma de duas garotas em um curso de graduação em ciências, e a universidade disse que não é econômico ensiná-las em separado dos ho-

Recuo? Depois de a Austrália ameaçar cancelar um evento masculino, o Afeganistão deixou em suspenso a proibição a mulheres de jogar críquete

SHAH MARAI/AFP

mens. Ela está a um semestre da conclusão, mas não sabe se conseguirá o diploma. "Estou muito triste e decepcionada." Gulalai está feliz por estudar Medicina, porque o Taleban permite que as médicas trabalhem, mas ela está desanimada sobre a qualidade de seu diploma. "Não há muitas estudantes mulheres, por isso não vamos ter professores especialistas, teremos os jovens e inexperientes."

Algumas universidades do Estado informam que simplesmente não podem enfrentar a situação. "O Taleban tem falado em segregação, mas nós somos uma das maiores e mais bem equipadas universidades do Afeganistão, e ainda não temos capacidade para fazer isso", disse um professor da Universidade Herat, que tinha maioria de estudantes mulheres – muitas abandonaram os cursos. "Há alguns departamentos que não têm professoras, ou só algumas, mas com muitas alunas. Como podemos funcionar, se não tivermos uma professora para as mulheres e outro professor para os homens?"

A devastação não ocorre só nas cidades. Mulheres de um dos bairros mais violentos de Kandahar, que trabalhavam em um programa de educação com Parwana, telefonaram para ela em prantos. As promessas da liderança taleban de educação primária para meninas não significam nada para os combatentes duros que controlam sua área. "Eles disseram que 'foi apenas um sonho para nós, durante um ano e meio, que nossas meninas pudessem estudar'. Agora elas têm de voltar a seguir todas as ordens que receberem dos homens e a fazer tarefas domésticas."

Não há dúvida de que o Taleban mudou em relação aos direitos das mulheres, em comparação com o período em que governou o Afeganistão, há 25 anos, quando proibiu qualquer tipo de educação para mulheres e quase todo trabalho. Mas seu antigo regime era tão terrivelmente misógino que até o grupo reformado dá ao Afeganistão a pior opressão sistêmica a mulheres no mundo.

Em nenhum outro lugar uma proibição quase total foi imposta às mulheres no trabalho, onde a política foi colocada fora de alcance por um gabinete todo masculino, e o futuro da educação secundária para meninas não está claro. "É importante que a comunidade internacional não se apresse a aplaudir se e quando o Taleban fizer algumas concessões, como permitir que as meninas frequentem a escola primária", disse Heather Barr, vice-diretora da Divisão de Direitos das Mulheres na Human Rights Watch. "Precisamos ficar atentos para o fato de que

o que está acontecendo no Afeganistão agora é um enorme recuo nos direitos das mulheres, de como elas e as meninas viviam apenas um mês atrás. É desolador e inaceitável acontecer em 2021."

Promessas de uma nova abordagem aos direitos das mulheres são feitas por integrantes da velha guarda e pragmáticos na liderança, que viram o que aconteceu com o Afeganistão nos anos 1990, quando o país foi isolado internacionalmente e cortado da ajuda estrangeira que financia grande parte da saúde, da educação e outros serviços críticos. A mensagem dos líderes em todas as camadas do novo governo é clara. "Precisamos que a comunidade internacional faça investimentos aqui e nos financie, para projetos de desenvolvimento na cidade realmente precisamos do seu apoio", disse o prefeito Hassan, de Kandahar.

O memorando chegou até Panjwai,

As mulheres afegãs esperam que uma eventual pressão internacional impeça novos retrocessos

distrito rural com campos de tabaco e pomares de romãs perto de Kandahar, e um dos primeiros enclaves talebans. "O Emirado Islâmico do Afeganistão está disposto a trabalhar com a comunidade internacional para criar um governo inclusivo. Vamos apoiar a educação das mulheres, vamos apoiar o trabalho das mulheres", disse o comandante do distrito de Panjwai, Faizani Mawlawi Sahab, que passou 20 anos em luta no distrito, perdendo centenas de homens em nome de uma visão linha-dura do islamismo. "Todos escutamos a nossa liderança e obedecemos a qualquer decisão e ordem. Daremos direitos a todos os seres humanos do país, homens, mulheres e crianças."

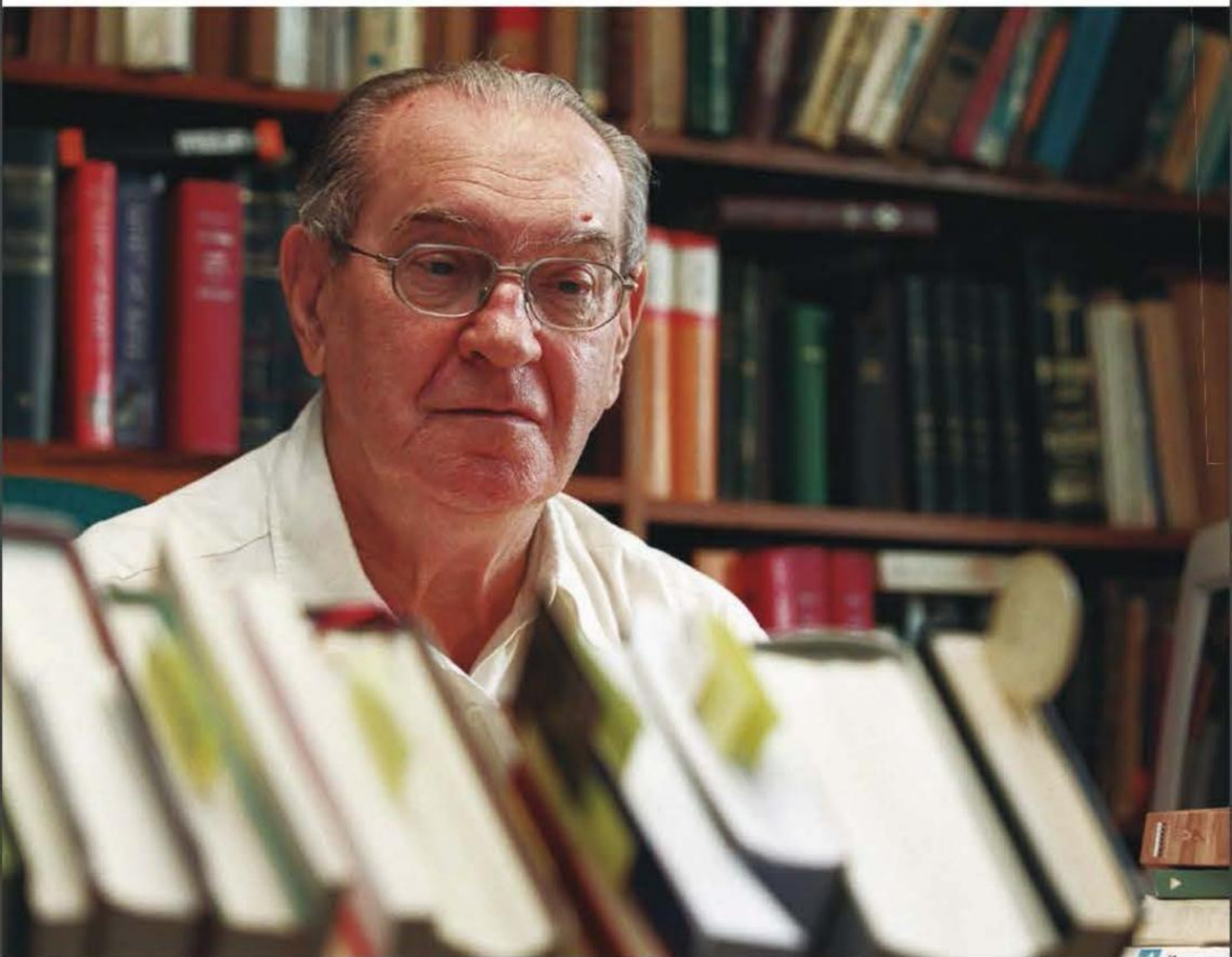
Um abismo crescente entre essas promessas e a dura realidade para as mulheres foi, no entanto, registrado em todo o país, disse ao Conselho de Segurança a chefe da missão da ONU ao Afeganistão, Deborah Lyons. "Estamos recebendo cada vez mais relatos de que o Taleban proibiu as mulheres de aparecerem em locais públicos sem acompanhantes homens, e impediu as mulheres de trabalhar. Eles limitaram o acesso das meninas à educação em algumas regiões e desmontaram o Departamento de Assuntos das Mulheres em todo o país, além de visarem as ONGs de mulheres."

As afegãs muitas vezes disseram que estão dispostas a aceitar um meio-termo em muitas áreas, mas não no direito a se educar e ganhar a vida. "Muitas mulheres perderam os homens nesse conflito, a única opção para elas é trabalhar", disse Parwana. "Está bem se eles não nos deixarem ir ao bazar ou fazer um piquenique. Mas eles têm de nos deixar trabalhar, porque, senão, como vamos alimentar nossos filhos?"

Um lembrete do poder da pressão internacional veio em um aparente recuo, ou ao menos uma pausa para pensar, sobre o críquete feminino. O Taleban disse que não permitiria o esporte, a Austrália disse que cancelaria um próximo torneio masculino se a proibição fosse confirmada, e então o presidente do críquete do Afeganistão alegou que não foi tomada uma decisão final.

Em Kandahar, as mulheres veem essa pressão como, talvez, a única esperança de mudança. "Diga ao mundo para pressionar mais o Taleban para remover essas regras, para mudar de atitude", disse Gulalai. "Eu não tenho emprego e não posso estudar. Não me importo com a segurança. Essa segurança é só para os talebans." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Barreira proposital. A falta de professoras vai tornar mais difícil o acesso das meninas à educação

O intérprete do Brasil

RAYMUNDO FAORO O clássico *Os Donos do Poder*, que desvela o patrimonialismo, ganha uma oportuna e alentada edição

POR ANA PAULA SOUSA

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 58
Filmes e séries. Diretores se apropriam do terror para fazer crítica social e política

Em família. O advogado, jurista e historiador cercado por dois dos três filhos e pela mulher, Maria Pompéia

Raymundo Faoro (1925-2003) mal tinha entrado nos 30 anos quando, em 1958, publicou sua obra seminal: *Os Donos do Poder*. O livro saíra então pela Editora Globo, de Porto Alegre, com a qual Faoro tinha relação por ter sido colaborador da revista literária *Quixote*, que a editora publicava.

Foi, inclusive, por sugestão de outro colaborador da revista, Erico Verissimo, que o livro recebeu esse título. O nome original era "Formação do Patronato Político Brasileiro", que acabou por se tornar o subtítulo da vigorosa obra que ganha agora uma alentada e oportuna nova edição.

"A Companhia das Letras publica toda a escola do pensamento social brasileiro. Faltava-nos o Faoro, que é um autor que, pessoalmente, admiro muito", diz o diretor editorial Otávio Marques da Costa.

Um dos desafios enfrentados pela equipe editorial foi lidar com a extensão do texto. Se a edição da década de 1950 tinha 271 páginas e 140 notas bibliográficas, a segunda, de 1975, ganhou umas 500 páginas e 1,2 mil notas bibliográficas a mais. Depois de 46 anos, era preciso ainda incorporar à edição novas leituras e análises.

"Quisemos mapear os percursos de recepção do livro ao longo dos anos. Esse foi um livro do qual diferentes escolas do pensamento sobre o Brasil se apropriaram, e me parece mais atual que nunca", diz o *publisher*, que é também advogado e historiador. Os limites eram, porém, evidentes. A edição não podia crescer ao ponto de tornar-se quase inacessível.

Costa relata, por exemplo, as conversas sobre a mancha tipográfica, que é a delimitação da área de texto a ocupar uma página, aspecto central para a boa legibilidade. As dobras do artista Eduardo Figueiredo, aluno de Lygia Clark, que ilustram a capa, contribuem para arejar o que é inevitavelmente denso.

> Faoro escreveu: "Estado e nação, governo e povo, são realidades diversas, que se desconhecem"

Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro percorre seis séculos de história para sustentar a tese do patrimonialismo, segundo a qual o Estado, no Brasil, está subordinado, de forma incontornável, a grupos de interesse e influência. A esse grupo o autor dá o nome de "estamento burocrático".

Faoro, formado em Direito e procurador do Estado da Guanabara, parte da origem do Estado português, marcado pelo poder monárquico, para desenovelar o passado colonial, no qual foi forjada a organização do País. Seguem-se então os períodos da Independência, do Segundo Reinado e da República Velha.

Como escreve no prefácio José Eduardo Faria, professor de Direito da USP, o autor, nessa reconstrução, dá ênfase ao laço de subordinação entre Estado e sociedade. Ele demonstra que o poder, entre nós, é exercido "em causa própria" por um grupo social constituído de pessoas privilegiadas que dominam a burocracia e extraem do aparato político-administrativo "os benefícios de poder, prestígio e riqueza". O estamento burocrático, *leitmotiv* da obra, é, na definição de Faria, "um modo peculiar de estratificação baseado na honra".

O estamento apossa-se do poder como se dono dele fosse e usurpa a soberania do povo, sempre apartado do Estado.

As bases dos conceitos de patrimonialismo e estamento burocrático Faoro foi buscar na sociologia de Max Weber. Mas, ao erigir sua tese original sobre o Brasil, ele foi além das categorias weberianas de racionalidade instrumental e dominação burocrática. O poder, aqui, em vez de basear-se na racionalidade administrativa, é objeto de apropriação privada.

A relação de Faria com Faoro remonta à década de 1970. Faria estava no início da carreira acadêmica e trabalhava como repórter especial do *Jornal da Tarde*, quando foi entrevistar Faoro no Rio. Lá pelas tan-

tas, o autor de *Os Donos do Poder* comentou que, coincidentemente, estava lendo um livro sobre Weber escrito por um homônimo do repórter. Ao ouvir que não se tratava de um homônimo, mas dele próprio, Faoro gargalhou com gosto.

A entrevista aconteceu às vésperas da posse de Faoro como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). À frente da entidade, de 1977 a 1979, Faoro tornou-se uma figura proeminente na luta contra o autoritarismo e foi responsável pelo restabelecimento do *habeas corpus* pelo regime militar. Fazia então dois anos que a segunda edição de *Os Donos do Poder,* honra para o tempo, tinha sido lançada. Enquanto a primeira edição passara quase em brancas nuvens – à parte um prêmio da Academia Brasileira de Letras –, a segunda tornou-se um acontecimento. O sucesso foi tal que, em dez meses, tinha se esgotado a primeira tiragem. Celso Furtado, weberiano como Faoro, diz ter entendido o País ao ler o livro.

No posfácio, em que definem o livro como "um romance sem heróis", Gabriela Nunes e Bernardo Ricupero abordam essa mudança na recepção. "Quando muda o momento, mudam os leitores", resume, em entrevista a *CartaCapital,* Ricupero, referindo-se ao fato de que o impacto da obra cresceu após a instalação da ditadura.

Não se pode desconsiderar ainda que, nas décadas de 1950 e 1960, era difícil os meios intelectuais aceitarem que outra teoria, além da marxista, dominante na USP, fosse a mais adequada para se entender o País. "Faoro foi o precursor do uso da abordagem weberiana para entender o Brasil, que se tornou cada vez mais importante, na medida em que as limitações das explicações marxistas foram se tornando óbvias", escreve Simon Schwartzman, na fortuna crítica do recém-lançado volume.

Ricupero acredita que, da mesma forma que ajudou a iluminar os desvãos do autoritarismo, Faoro contribui para a compreensão do desastre em curso. "A ascensão

RETORNO. *Acima,* Faoro tomando posse como presidente da OAB. *À esq.,* a nova edição de sua obra seminal (Companhia das Letras, 842 págs., 109,90 reais), com textos inéditos sobre ele

de Bolsonaro está ligada aos pequenos interesses do estamento burocrático", afirma. "Esse processo reforça outra das ideias de Faoro, que é a de que o discurso liberal pode ser um subterfúgio para que as coisas sejam mantidas da forma como estão." Ricupero e Gabriela procuram ainda desfazer alguns equívocos relativos ao viés liberal que se procurou imputar à obra.

Os ecos de Faoro no presente também se fazem ouvir na fortuna crítica pela voz de Marcelo Jasmin, que define o governo atual como uma "aliança entre o estamento militar, a economia liberal e os fanáticos da nova direita emergente das redes sociais". Esse grupo se mostra arraigado ao que "há de mais patrimonialista (...) ao proteger, acobertar e prometer dar guarida aos desmandos dos que se imaginam serem os novos donos do poder".

> Celso Furtado, weberiano como Faoro, diz ter entendido o País ao ler *Os Donos do Poder*

O retorno de Faoro às livrarias e ao debate público prossegue em 2022, com as reedições de *A República Inacabada* e *Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio.*

Nascido quase cem anos atrás, em uma família de agricultores italianos, no Rio Grande do Sul, Faoro era, desde criança, devotado à leitura . O advogado André Faoro, um de seus três filhos, conta que esse percurso intelectual autêntico e improvável está registrado nos diários do pai, que estão sendo analisados por um pesquisador. Os cadernos não lhe serviam para descrições do cotidiano, e sim para a análise de livros e reflexões sobre o País.

"Meu pai, quando não estava trabalhando, estava lendo", recorda o filho. Já nos almoços familiares, o escritor foi sempre afeito à graça, sobretudo aquela lapidada pela ironia. E, aos domingos, sugeria invariavelmente que todos tomassem um copo de vinho. Há cerca de dez anos, André e o irmão Antonio levaram à comuna de Arsiè, província de Belluno, no Veneto, um exemplar de *Os Donos do Poder.* Na cidade do pai, encontraram outros Faoro e descobriram, sobretudo, as raízes da história imigratória que acabou por fazer com que, no Brasil, nascesse uma criança chamada Raymundo Faoro. E todos assumiram a cidadania italiana. •

ARQUIVO/O GLOBO

O mal-estar da civilização

TERROR *A Chorona*, que estreia esta semana, soma-se à onda de filmes que usam o gênero como alegoria para falar de escravidão, racismo e luta de classes

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

Quem não assiste a filmes de terror tende a achar que o gênero se resume a sustos, sangue e imagens macabras. Sob a camada de agressões, mortes e pavor, o gênero pode, contudo, ser também cômico, alegórico e crítico. Ou político.

No caso do cinema recente, os elementos sobrenaturais têm sido adotados para representar questões como autoritarismo, destruição de povos originários, racismo e abusos sexuais – temas que, supostamente, pertencem ao universo mais nobre dos dramas sociais. *A Chorona*, produção guatemalteca premiada no Festival de Veneza e indicada ao Globo de Ouro, em cartaz nos cinemas desde a quinta-feira 23, é um bom exemplo dessa vertente do gênero.

Jayro Bustamante, diretor de *A Chorona*, recorre ao fantástico para reler, em chave simbólica, o passado traumático de um típico país latino-americano. O filme confronta um ex-ditador condenado por genocídio, mas logo absolvido, e as vítimas de um regime que perseguiu, abusou e fez desaparecer milhares de cidadãos.

O sobrenatural representa, neste caso, o retorno do reprimido, a ressurgência de forças que a brutalidade militar suprimiu, mas não apagou. Com uma visualidade sutil, menos baseada em sustos e mais em sugestões – sem que com isso deixe de ser inquietante –, *A Chorona* trata do real desviando-se do realismo.

A onda mais recente de terror politicamente explícito e voltado à crítica social ganhou força a partir de *Corra!* (2017). O primeiro longa-metragem de Jordan Peele surpreendeu meio mundo ao explorar os códigos do gênero para expor o horror do racismo.

Sabe-se que o vínculo entre o cinema de terror e as realidades sociais e políticas existe há pelo menos um século. Monstruosidades e fantasmagorias ganharam corpo no cinema dos anos 1920 como eco da matança em escala industrial durante a Primeira Guerra Mundial. A proliferação de psicopatas, vampiros e outras encarnações do mal nos filmes alemães da época prenunciaram os horrores do nazismo.

> Nessas produções, muitas feitas por cineastas negros, o medo é usado para criar empatia

A Chorona

O Que Ficou Para Trás

A Lenda de Candyman

O sobrenatural nas telas. O terror politicamente explícito e voltado à crítica social ganhou força a partir de *Corra!* (2017), do diretor Jordan Peele

Nós

Eles

Desde então, o cinema de terror vem refletindo as ansiedades de cada época. O medo nuclear, o medo do comunismo, o medo da conquista dos direitos civis pelos negros, o medo dos governantes, o medo da Aids, o medo do inimigo oculto (a partir do 11 de Setembro) e o medo do colapso ambiental se sucederam, fortalecendo um gênero que, como seus vilões, sempre retorna com sede de mais sangue.

Se a metáfora política não é nova, o que há de particular na reconfiguração contemporânea do terror? Nesses filmes, o medo, a exemplo do que acontece em *Corra!*, é usado para gerar empatia.

Essa tentativa de mergulhar o público em algo que ele sabe que existe, mas não experimenta, é evidente em *Nós* (2019), segundo trabalho de Peele como diretor, disponível na Netflix. O filme extrapola a questão racial ao colocar uma família de negros sob a ameaça de duplos. Em vez de separar bem e mal, posicionar um lado como ameaça e o outro como vítima, o filme internaliza os opostos, tornando ambíguas as distinções de classe e raça.

Por sua vez, *O Que Ficou Para Trás* (2020), também disponível na Netflix, expande a definição de terror ao narrar o processo de asilo de um casal de refugiados sudaneses na Inglaterra. O longa-metragem de estreia do britânico Remi Weekes retoma o tópico da casa mal-assombrada para refletir o estranhamento, a marginalização e os problemas de inserção em um espaço radicalmente distinto das origens.

O terror sobrenatural que se esconde sob o chão e atrás das paredes reitera outro pavor, mais concreto e menos imaginário, da ameaça física por milícias, da travessia nos botes da morte e da violência contra indefesos.

Aqui, novamente, não existe uma linha divisória nítida entre vítimas e algozes nem uma contraposição dos valores representados por personagens negros e brancos. Nada, em *O Que Ficou Para Trás*, deixa o espectador em posição segura e confortável.

A assinatura de Jordan Peele reaparece como grife no roteiro de *A Lenda de Candyman* (2021), em cartaz no circuito. No filme, dirigido por Nia DaCosta, a figura do bicho-papão negro que espalhou o medo em *O Mistério de Candyman* (1992) ganha mais peso social, apontando para o apagamento da pobreza promovido pela gentrificação de um conjunto habitacional.

A exposição do racismo está na origem também de *Eles* (2021), da Amazon Prime, que adota as estratégias do gênero de modo mais convencional. Na série, a mudança de uma família negra do Sul rural e sombrio para a ensolarada Califórnia, no início dos anos 1950, sobrepõe duas camadas.

A agressão constante promovida pela nova vizinhança, cuja felicidade branca e loira não tolera a presença de nenhuma outra cor, traduz de modo explícito o que a escritora Tananarive Due aponta como o horror cotidiano vivido pelos negros numa sociedade racista. Na criação do roteirista e produtor Little Marvin, o sobrenatural funciona como representação do medo introjetado, dos traumas permanentes.

Apesar de ser majoritariamente conduzida por diretores afro-americanos e afro-britânicos, a onda atual de politização do terror e a ressignificação do gênero não se limitam a eles.

O que chama atenção como algo comum a todas essas ficções é o fato de a casa ocupar um lugar central nas tramas. Antes, a casa era associada a valores como segurança e sobrevivência, em oposição à rua e à natureza. Agora, cada vez menos ela serve de abrigo contra ameaças.

Se isso acontece é porque as ameaças não vêm mais somente de fora. Elas tornaram-se orgânicas. E se o mal está dentro de nós, como é possível eliminá-lo? •

UNIVERSAL, AMAZON PRIME VIDEO, NETFLIX E WARNER

A trama se divide entre a década de 1970 e os dias atuais

Os anticomunistas

FILME EM *ARANHA*, O CINEASTA ANDRÉS WOOD VOLTA AO CHILE PRÉ-PINOCHET PARA FALAR SOBRE A DIREITA LATINO-AMERICANA

POR ANA PAULA SOUSA

O diretor chileno Andrés Wood, que se tornou conhecido no Brasil com *Machuca* (2004), pequeno fenômeno do circuito de arte, retoma, em *Aranha*, o mesmo período histórico daquele filme: as vésperas do golpe militar que vitimou o presidente Salvador Allende e colocou Augusto Pinochet no poder.

Enquanto em *Machuca* a conciliação entre diferentes classes e ideologias era tangenciada por meio de duas crianças, em *Aranha* ela anuncia-se impraticável.

O novo longa-metragem, em cartaz desde a quinta-feira 23, se passa entre dois tempos: o início dos anos 1970 e a atualidade. No passado, uma câmera movimentada acompanha o triângulo amoroso vivido pelos jovens do grupo Pátria e Liberdade, que deseja livrar o país das ameaças comunistas e pratica, para isso, ações armadas.

O presente, retratado com uma câmera mais fria e distanciada, nos coloca em contato com essas mesmas pessoas, entradas nos 60 anos, e vinculadas de maneiras distintas ao passado sombrio. Inês (Mercedes Morán) é a executiva e professora universitária que defende, com um sorriso elegante, que devemos, na vida, nos portar mal sem culpa. Geraldo (Marcelo Alonso) é a figura perturbada que carrega em si a violência.

Wood procura, novamente, refletir sobre a direita latino-americana, cujos pensamentos e atitudes são, neste momento, muito mais explícitos do que à época de *Machuca*. Não à toa, faz um filme incômodo, que nos coloca em contato não só com o delírio armamentista tão presente no bolsonarismo, mas com a desfaçatez de uma classe privilegiada que reivindica o "direito" ao ódio de classe e de raça.

Não deixa de ser simbólico que *Aranha* tenha sido coproduzido pelo Brasil e que tenha, na equipe técnica e no elenco, vários profissionais brasileiros.

UMA ESTRANHA NO NINHO

Camila Rocha dá rosto, voz e corpo teórico ao ativismo que ajudou a eleger Bolsonaro

Se Andrés Wood retrata a direita latino-americana a partir de um recorte ficcional, a cientista política Camila Rocha, em *Menos Marx, Mais Mises* (Todavia, 240 págs., 69,90 reais), nos oferece um retrato etnográfico da nova direita brasileira. O livro, fruto de uma pesquisa de doutorado, procura compreender, a partir de um legítimo interesse no outro, o ativismo que substituiu a "direita envergonhada" por um combate explícito a uma suposta "hegemonia cultural esquerdista". A partir de sua convivência com os jovens do Instituto Liberal e de um arcabouço teórico sofisticado, Camila desvenda as origens mais profundas da nova direita – que tem no economista austríaco Ludwig von Mises um mentor – e indica que, muito provavelmente, ela veio para ficar.

FILM FACTORY

Para minha mãe, com aspereza

LIVRO TATIANA TIBULEAC, NASCIDA NA MOLDÁVIA, CONSTRÓI UMA FICÇÃO FAMILIAR MARCADA PELA TENSÃO E PELO CAOS AFETIVO

POR ALBERTO VILLAS

Agora no Brasil. Publicado em 2017, o romance foi um sucesso na Europa

Ver um livro de uma escritora nascida na República da Moldávia chegar às livrarias brasileiras é uma novidade, se não uma surpresa. Mas *O Verão em Que Mamãe Teve Olhos Verdes*, de Tatiana Tibuleac, publicado em seu país em 2017, foi um sucesso à primeira vista e não demorou para que a fama se estendesse para outros países onde foi sendo lançado, como França e Espanha. Talvez o segredo esteja no jeito simples e surpreendente com que a autora dá vida a uma boa ideia.

No centro da narrativa estão uma mãe e um filho que não se dão bem. Os anjos da guarda dos dois não se bicam nunca. Ele a odeia e ela não deixa por menos – desde que ele era pequenininho. Se fosse música, *O Verão em Que Mamãe Teve Olhos Verdes* estaria na prateleira de discos *punk*. Não pela anarquia, mas pela crueza.

O leitor é apresentado a essa relação quando a mãe – ela não tem nome no livro – vai buscar Aleksy, seu filho, no colégio para jovens desajustados, para passarem o verão juntos, numa cidadezinha do litoral francês.

"Naquela manhã em que a odiava mais que nunca, mamãe completou trinta e nove anos. Era gorda e baixinha, burra e feia. Era a mãe mais imprestável que já havia existido. Observava-a pela vidraça da janela, parecia uma mendiga junto ao portão da escola", descreve Aleksy, logo nas primeiras linhas do livro.

A partir daí, o retrato falado que ele vai costurando da mãe é seco, sem meias palavras, página após página. Relações conturbadas entre mãe e filho existem, e não é de hoje. Mas na relação narrada por Tatiana Tibuleac no contexto de uma pequena cidade esse conflito alcança uma dimensão bem tensa, onde o ódio e o rancor se fazem muito presentes.

Em meio ao caos psicológico e afetivo, surgem, vez por outra, pequenas cenas saborosas, como aquela em que são descritas as *Ptasie mleczko*, umas balinhas deliciosas que o pai trazia da Polônia e que o filho escondia dentro da bota. Esse mimo nunca lhe saiu da memória. No meio do caminho entre os 77 curtos capítulos do livro, a autora faz um ou outro *pit stop* para nos deixar respirar.

Em descrições como "os olhos de mamãe eram claraboias de um submarino de esmeralda" ou "os olhos de mamãe eram cicatrizes na face do verão", a autora deixa antever o amor e a busca por perdão que existe em meio à dureza dos sentimentos expostos.

A relação entre mãe e filho presente em *O Verão em Que Mamãe Teve Olhos Verdes* é tão complicada e estranha quanto o título original do livro, em romeno: *Vara în Care Mama a Avut Ochii Verzi*. •

O VERÃO EM QUE MAMÃE TEVE OLHOS VERDES.
Tatiana Tibuleac.
Tradução: Fernando Klabin
(Editora Mundaréu, 240 págs., 59 reais

A velha Havana com nova cara

ÁLBUM *Buena Vista Social Club*, lançado há 25 anos, e ainda o maior fenômeno da história recente da chamada *world music*, é reeditado em CD e vinil

POR SÉRGIO MARTINS

A história parece saída de um conto de fadas. Em 1996, o guitarrista norte-americano Ry Cooder uniu-se a um grupo de instrumentistas cubanos no lendário estúdio da Egrem, em Havana, para um projeto com músicos do Mali. Mas os africanos ficaram retidos em Paris por problemas de visto. Juan de Marcos González, codiretor do trabalho, sugeriu então que Cooder registrasse o repertório de veteranos artistas locais.

Foi assim que Cooder encontrou os cantores Ibrahim Ferrer, Compay Segundo e o pianista Rubén González, que haviam abandonado a carreira artística, a cantora Omara Portuondo, ainda popular na ilha, e os músicos Eliades Ochoa (guitarra), Orlando Cachaito López (contrabaixo) e Barbarito Torres (alaúde), todos muito requisitados em gravações.

O resultado do encontro foi *Buena Vista Social Club*, que chegou às lojas 25 anos atrás, num dia 16 de setembro, e ainda é o maior fenômeno da história recente da chamada *world music*. Entrou nas paradas de sucesso de diversos países e, com mais de 8 milhões de cópias vendidas, segue na segunda colocação como o disco latino mais bem-sucedido da história do mercado fonográfico americano. O filme homônimo de Win Wenders, que chegou ao cinema três anos depois, ajudou a propagar o talento dos músicos da ilha.

Na esteira de efeméride, o álbum está sendo reeditado em CD e vinil duplos, com 12 faixas inéditas – com trechos que ficaram de fora da primeira gravação e sobras –, acompanhadas por um libreto luxuoso. "É um projeto único e especial, que apresentou a qualidade da música cubana para o resto do mundo", diz a cantora Omara Portuondo, em entrevista por *e-mail* a *CartaCapital*.

Escutado hoje, o repertório ainda emociona. Estão ali ritmos cubanos tradicionais como o *son* e a *guajira*, além de uma coleção de boleros. Cooder teve seu papel diminuído ao longo dos anos, mas o tratamento sonoro dado pelo guitarrista norte-americano foi o que tornou o disco palatável para o gosto das plateias internacionais. Existe um "revestimento", um "verniz", que encanta o público médio sem ofender o gosto dos admiradores tradicionais da música cubana.

> "O trabalho ainda é a melhor maneira de se enfrentar a pandemia", diz Omara Portuondo

O relançamento é precioso por causa de canções inéditas, como *La Pluna*, onde se destaca o alaúde de Barbarito Torres, e pelo piano de Rubén González, que une a descarga – como são chamadas as sessões de improviso – com a rigidez da escola europeia de piano. *Descarga*, a canção, traz um diálogo primoroso de González com o baixo de Cachaito López. Outra canção inédita do álbum, presente na reedição, é *Vicenta*, bem urdido dueto de Segundo com Ochoa. Compay Segundo e Rubén González se foram em 2003. Dois anos depois, foi a vez de Ibrahim Ferrer sair de cena. Da formação original, restam Omara, Eliades, o trompetista Guajiro Mirabal e o percussionista Angel Terry.

Devidamente vacinada, Omara deu início, no fim de 2020, às gravações de um novo álbum. *Vida* tem produção de Ariel, seu filho, e conta com a presença de diversos artistas internacionais. Ela espera que o disco seja lançado internacionalmente ainda no mês de setembro. Em junho passado, ela fez seis apresentações na Europa ao lado do grupo do pianista Roberto Fonseca, outro talento saído da ilha. "O trabalho ainda é a melhor maneira de se enfrentar a pandemia", diz ela.

Omara tinha uma carreira consolidada quando se uniu ao projeto de Ry Cooder e González. Veterana dos palcos dos cassinos da ilha na década de 1950, ela não se deixou abater nem quando a revolução cubana fechou muitas daquelas casas. "Sabia que era necessário seguir em frente. Me apresentei para todo tipo de público e, muitas vezes, aceitei cantar de graça. Nada me detinha." Depois do CD,

ALEJANDRO REYES E SUSAN TITELMAN

seu talento cruzou as fronteiras de Cuba. Ela assinou um contrato com a gravadora multinacional Nonesuch e, a exemplo de todos os demais integrantes do grupo, passou a lançar seus discos-solo.

A doçura expressada em canções como o bolero *Veinte Años* fez com que Omara se tornasse um dos símbolos da excelência musical do álbum. "É o grande nome do Buena Vista e principal motivo para que o grupo ainda esteja vivo", derrama-se o violonista brasileiro Swami Jr., que em 2016 assumiu a direção artística do grupo cubano. "Sou apaixonada por Swami e pela brasilidade que ele traz para os arranjos. Cuba e Brasil são países que se assemelham por conta da ascendência latina e da forte influência africana", devolve Omara.

Son e guajira. O lançamento traz 12 faixas inéditas do grupo integrado por Omara Portuondo (*acima*), Compay Segundo e Ruben Gonzales (*à esq.*), entre outros

Buena Vista Social Club, o álbum, provoca paixões pela qualidade, mas uma ponta de ressentimento por parte dos astros da nova música cubana. "São canções que eram tocadas em piscinas, nos cassinos. Não refletiam o que acontecia por aqui", disse certa vez X Alfonso, *popstar* que mistura *rock*, *funk* e ritmos latinos. "O Buena Vista tem de ser preservado da mesma maneira que olhamos para a obra de um Pixinguinha", diz Swami Jr. "Existe uma técnica, um jeito de tocar que pode se perder, caso não seja absorvido pelas novas gerações."

Segundo Swami, os jovens que entraram no projeto, em substituição aos integrantes originais, fazem questão de manter a tradição expressa nos arranjos do álbum. *Buena Vista* é singular também por ter sido lançado num período em que as relações entre Cuba e Estados Unidos estavam mais amenas. O democrata Bill Clinton era presidente e havia um olhar mais tolerante em relação à ilha caribenha. Quando o republicano George W. Bush ascendeu ao poder, Cooder foi obrigado a pagar uma multa de 100 mil dólares por furar o bloqueio imposto pelos EUA a Cuba. •

O Brasil acabou?

▶ As crises recorrentes e despropositadas envolvendo clubes tradicionais expõem o esgarçamento do futebol brasileiro. Nada poderia ser mais coerente com a vida do País

Não apenas para quem acompanhou o discurso do mandatário de plantão no País na Organização das Nações Unidas (ONU), mas também para quem vê o mundo pelas lentes do futebol parece que as coisas estão desmoronando. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), por exemplo, continua, na prática, acéfala e perdida em relação ao manejo da pandemia.

Na última terça-feira, em um ofício enviado às federações estaduais, a entidade liberou a presença de público para os jogos da Série D do Campeonato Brasileiro, a partir das oitavas de final.

Na semana passada, o Conselho Técnico da CBF havia definido o retorno de público em jogos da Série B do Campeonato Brasileiro em cidades com decretos que permitem torcedores nos estádios. A decisão vale a partir da 25ª rodada e foi aprovada pela maioria dos times.

Ao mesmo tempo, foi dado ao Flamengo, poucos dias atrás, o privilégio de enfrentar o Barcelona de Guayaquil, na partida de volta da semifinal da Conmebol Libertadores, no dia 29 de setembro. Essa decisão é um despropósito e está em desacordo com tudo o que vem sendo debatido. Isso sem falar na falácia dos protocolos sanitários.

No meio dessa confusão toda, Gabriel Barbosa, o Gabigol, botou lenha na fogueira e afirmou: "O futebol no Brasil é várzea".

A frase, dita logo após ser expulso da partida contra o Internacional, em agosto, levou o Superior Tribunal de Justiça Desportiva a decidir, também na semana passada, que o atacante do Flamengo deve ficar suspenso por dois jogos. A decisão, uma punição de araque, deve ter satisfeito os instintos autoritários da cartolagem.

As crises recorrentes e despropositadas envolvendo clubes de grande tradição e belas histórias expõem o esgarçamento do futebol brasileiro. Nada poderia ser mais coerente com a vida atual do País.

O lamento inconsolável desta semana foi o recorde de rebaixamentos do Santa Cruz, de Pernambuco. Com a queda para a Série D do Brasileirão, o time passou a somar oito rebaixamentos em sua história. Os torcedores apaixonados, que costumam definir o time como o "Santinha com todo seu patrimônio físico e histórico", estão agora desesperados.

Na esteira do desastre do time pernambucano aparecem o Vasco, o Botafogo, o Cruzeiro etc. A lista de rebaixamentos é extensa nas várias divisões. Não se dão dez passos na rua sem ouvir o desencanto dos torcedores desacorçoados.

O que esse conjunto de crises mostra é que não se trata de um problema localizado, e sim de uma contaminação maior – uma verdadeira pandemia – que assola o Brasil também no futebol. Assim como ocorre na situação política, hoje, também no futebol brasileiro ninguém confia em ninguém. A população, por sua vez, como o marisco "entre a rocha e a maré", apanha de todo lado, sem saber de onde vêm as pancadas.

Apesar de todas essas mazelas, não podemos negar que o futebol, aqui e ali, acaba por apresentar boas surpresas. No amistoso contra a Argentina, na segunda-feira 20, a Seleção Feminina nos ofereceu mais uma vez o brilho de Marta. Agora escalada mais à frente, a jogadora, além de se mostrar adaptada à função, fez um golaço de falta que foi uma verdadeira "pintura", como gostam de dizer os narradores de rádio e tevê.

No Campeonato Brasileiro, a boa surpresa ficou por conta do jogador colombiano Hugo Rodallega, hoje centroavante do Bahia. No jogo contra o Bragantino, no sábado 18, ele fez um gol acrobático e sensacional.

Cabe lembrar que têm sido boas as revelações sul-americanas que aqui têm aportado para aquecer uma possível transferência para outros horizontes – a chamada "barriga de aluguel". O outro lado dessa moeda é que temos feito o repatriamento dos "coroas", o que acaba sendo, em alguma medida, positivo para o equilíbrio da garotada que está sendo criada para exportação.

Ainda no que diz respeito ao Brasileirão, gostaria de comentar a derrota do Flamengo para o Grêmio, no domingo 21. A vitória por 1 x 0 amainou o orgulho ferido dos gaúchos e acabou sendo o "sarro" da semana.

Antes do jogo havia corrido uma brincadeira bem-humorada, dizendo que o SUS convocava a torcida gremista para comparecer ao Maracanã para tomar a "terceira dose", já que o Flamengo vencera os dois primeiros jogos desta série.

No fim, os tricolores gaúchos levaram a melhor e o rubro-negro carioca viu ameaçada a sua pretensão ao título. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

RIAD YOUNES

Um olhar sobre o fim

▸ A morte tornou-se o símbolo máximo do mal. Mas, quando a continuidade de uma vida boa não for possível, será ela necessariamente o pior dos males?

Na última semana, três pessoas muito queridas lutavam por suas vidas nas UTIs de hospitais em São Paulo. Um colega de minha turma de graduação, um amigo diretor de faculdade admirável, e uma tia que aprendi a amar e respeitar. Todos tristemente infectados pela Covid-19.

A piora progressiva de seus quadros clínicos, apesar de várias semanas de internação e de tratamentos intensivos, fez o desespero das famílias e dos amigos crescer, junto à procura desenfreada por opções. Por milagres. Todos queriam, e querem, estas pessoas queridas ao seu lado. A sombra da morte apavora. Esses acontecimentos me remeteram a situações semelhantes, a pensamentos e questionamentos passados, que compartilho novamente com os caros leitores.

Até algumas décadas atrás, morrer parecia ser um evento natural, comum, inexorável, predeterminado. A hora teria chegado. E da hora não haveria escapatória. Com o avanço espetacular da ciência em geral, e da medicina em particular, as taxas de mortalidade da população foram reduzidas progressivamente. A expectativa de vida aumentou. Quem nasce hoje em São Paulo teria uma razoável esperança de viver até 2100. É, sem dúvida, um troféu à ciência, à medicina e aos médicos.

À medida que a modernização foi se infiltrando em nossa rotina, a morte transformou-se. Tornou-se um inimigo a ser combatido a todo custo. Um evento sem sentido que deve ser evitado. A morte tornou-se equivalente ao término da nossa consciência, dos nossos sonhos e planos. Poucos refletem sobre a própria morte. Alguns dão um significado filosófico ou religioso.

A morte não é mais discutida como um fato da vida. Tirando as pessoas que experimentam dor intensa ou sofrimento físico ou psíquico insuportável, nossa conversa de salão raras vezes nos remete a refletir sobre esse assunto. O temor da morte, nossa e de nossos entes queridos, impede qualquer abordagem socialmente aceitável. Não queremos falar disso. Nossa memória de dias maravilhosos do passado e de acontecimentos que florearam a nossa vida nos dá a implícita certeza de que, em prolongando a nossa existência, dias felizes e eventos agradáveis serão uma consequência automática.

Após a morte, por outro lado, não conseguimos imaginar nada melhor do que a nossa vida pregressa – exceção feita àqueles que incorporaram um sentido religioso e filosófico para o além-túmulo. Queremos mais do mesmo mundo, da mesma vida, do que já experimentamos. Infelizmente, ninguém consegue garantir isso – ou nem sequer parte disso – para os dias futuros. Simplesmente, aumentar o número de semanas aqui não implica boa qualidade de vida. Nosso corpo e nossos órgãos podem não funcionar. E o sofrimento pode ser ainda maior. O prêmio da vida longa pode não valer a pena.

Muitos médicos têm dificuldade em lidar com a morte de forma integrada. Um professor de oncologia de uma universidade americana afirmou, dois anos atrás, numa palestra magistral, que a morte não passa de uma sequência de doenças evitáveis. Bastaria eliminá-las uma a uma.

No hospital, por outro lado, parece que a morte está em cada canto, sempre à espreita. Médicos e familiares têm a clara consciência de sua proximidade. Sentem seu vulto a cada procedimento, a cada exame. Apesar desse contato constante, sua aceitação como fato da vida não se torna mais fácil. Um grande número de pacientes, sob os cuidados de especialistas extremamente capazes e detentores do saber e da experiência médica, fica dias, semanas, e até meses em tratamentos intensivos, sem perspectiva real de melhora e de retorno a uma vida digna, socialmente frutífera e adequada.

O sofrimento desses pacientes parece interminável, enquanto famílias e médicos se apegam à luta diária para combater, uma a uma, as complicações e as deteriorações da qualidade fundamental da vida e do funcionamento do corpo. Aceitar a morte está, em geral, fora de questão. Às vezes, mais parece que perdemos totalmente a perspectiva do valor real da própria vida.

A morte tornou-se o símbolo máximo do mal. Ela é, sem dúvida, a inimiga da boa vida. Mas, sinceramente, quando a continuidade de uma vida boa não for possível, a morte não necessariamente seria o pior dos males. Faz todo sentido que a medicina combata algumas causas e doenças que levem à morte, mas não faz nenhum sentido considerar a mesma o inimigo absoluto da medicina. Está na hora de médicos, pacientes e familiares diferenciarem, claramente, o prolongar a vida do retardar a morte. Pois, decerto, a morte não mudou. O que mudou foi a nossa percepção da vida. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

magritte
Venes
2021